

PREGÃO ELETRÔNICO

1/2026

CONTRATANTE (UASG)

(927330 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PATO BRANCO)

OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e suprimentos de informática, bem como de máquina de café expresso automática profissional, destinados a atender às necessidades institucionais do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 81.276,99 (oitenta e um mil, duzentos e setenta e seis reais e noventa e nove centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 11/6/2026 às 14h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menos preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
9. DO TERMO DE CONTRATO.....	15
10. DOS RECURSOS.....	15
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	18
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	19

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PATO BRANCO
- PR****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026**
(Processo Administrativo nº 4/2026)

Torna-se público que o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco - PATOPREV, UASG Nº 927330, através do seu Diretor Presidente, Ademilson Cândido Silva, no uso de suas atribuições, torna público aos interessados, que realizará licitação do tipo Registro de Preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 9.512, de 27 de abril de 2023, do Decreto Municipal nº 9.571, de 4 de julho de 2023, do Decreto Municipal nº 9.544, de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito municipal, do Decreto Municipal nº 10.057, de 2024, que dispõe sobre o procedimento sancionador e a aplicação de penalidades administrativas no âmbito do Município de Pato Branco, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e suprimentos de informática, bem como de máquina de café expresso automática profissional, destinados a atender às necessidades institucionais do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da

Rua Tapajós, 64, sala 02, Centro - CEP: 85.501-045 - Pato Branco - Paraná
Fone: (46) 3225-6167 – www.patoprev.org

habilitação.

2.6. Está licitação é de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.8.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. O impedimento de que trata o item 2.8.2.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2.8.4 e 2.8.2.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva

Rua Tapajós, 64, sala 02, Centro - CEP: 85.501-045 - Pato Branco - Paraná
Fone: (46) 3225-6167 – www.patoprev.org

de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.8.2.8.4 e 2.8.2.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.15. A vedação de que trata o item 2.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.8.1.8.1.1 e 8.8.12.8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema

Rua Tapajós, 64, sala 02, Centro - CEP: 85.501-045 - Pato Branco - Paraná
Fone: (46) 3225-6167 – www.patoprev.org

eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e

Rua Tapajós, 64, sala 02, Centro - CEP: 85.501-045 - Pato Branco - Paraná

Fone: (46) 3225-6167 – www.patoprev.org

da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total de cada item;

5.1.2 Quantidade estimada;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a

cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.**

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo desconto total do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo)**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze

segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de **até 5%**

(cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.20.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2 empresas brasileiras;

6.21.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.23.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.5 **O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas úteis, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

6.23.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>);

7.1.3 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>); e

7.1.4 Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública - TCE/PR (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por

Rua Tapajós, 64, sala 02, Centro - CEP: 85.501-045 - Pato Branco - Paraná

Fone: (46) 3225-6167 – www.patoprev.org

parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.1 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.2 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2 ***Os documentos de habilitação exigidos são os que constam no item 10 do Termo de Referência.***

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio capaz de se verificar a veracidade das informações contidas no documento.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente,

à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas úteis, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de

Rua Tapajós, 64, sala 02, Centro - CEP: 85.501-045 - Pato Branco - Paraná
Fone: (46) 3225-6167 – www.patoprev.org

pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.5. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.6. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.7. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.8. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.9. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.10. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.patobranco.pr.leg.br, no menu Portal da Transparência

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. A apuração de infrações administrativas e a aplicação de sanções decorrentes deste certame, da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes observarão a Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, o Decreto Municipal nº 10.057/2024, inclusive quanto à tipificação das infrações, dosimetria, critérios de cálculo de multas, agravantes, atenuantes, competências e ritos procedimentais.

11.2. As multas moratórias e compensatórias eventualmente aplicáveis deverão observar, obrigatoriamente, os percentuais, bases de cálculo, hipóteses de incidência, circunstâncias agravantes e atenuantes e faixas de enquadramento previstos no Anexo I e demais disposições do Decreto Municipal nº 10.057/2024, vedada a aplicação de percentual diverso sem expressa correspondência com o regulamento municipal.

11.3. A apuração de responsabilidade e a aplicação das sanções administrativas observarão as competências definidas na legislação municipal vigente, especialmente no Decreto Municipal nº 10.057/2024, cabendo a instauração, instrução e julgamento à autoridade competente e/ou à comissão permanente de processo administrativo sancionador do Patoprev, conforme o rito aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4. Os prazos de defesa, recurso, pedido de reconsideração, os efeitos recursais e o processamento dos expedientes observarão o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 10.057/2024, prevalecendo, quanto ao procedimento administrativo sancionador no âmbito municipal, as regras específicas do regulamento local.

11.5. As comunicações e notificações no âmbito do processo administrativo sancionador observarão os meios admitidos na legislação municipal aplicável, especialmente no Decreto Municipal nº 10.057/2024,

Rua Tapajós, 64, sala 02, Centro - CEP: 85.501-045 - Pato Branco - Paraná
Fone: (46) 3225-6167 – www.patoprev.org

reputando-se válidas as notificações encaminhadas pelos meios eletrônicos e formais constantes dos cadastros oficiais e dos autos do processo, sem prejuízo de outros meios legalmente admitidos.

11.5.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados pelo telefone (46) 3225-6167, ou e-mail: licitacao.patoprev@patobranco.pr.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. As disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e dos eventuais instrumentos contratuais dele decorrentes deverão ser interpretadas e executadas em conformidade com a legislação municipal aplicável ao Sistema de Registro de Preços e ao processo administrativo sancionador, especialmente os Decretos Municipais nº 9.544/2023 e nº 10.057/2024.

13.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.patoprev.org.

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.12.1 Anexo I – Modelo de Proposta de Preços;

13.12.2 Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

13.13. Fazem parte deste Edital, o Estudo Técnico Preliminar - ETP e o Termo de Referência - TR.

Pato Branco, datado e assinado digitalmente.

Ademilson Cândido Silva
Diretor Presidente

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A/C Pregoeiro do

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco - PATOPREV

Pregão Eletrônico nº xx/2026

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na Rua _____, nº _____, CEP: _____ na cidade de _____ Estado do _____, telefone/celular: (____) _____; e-mail: _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital em epigrafe conforme descrito abaixo:

(b)

Item	Unid.	Qt	Descrição	Valor Unit.	Valor total	Marca/Modelo
1	Und.	08	<p>Computador desktop novo, sem uso anterior, com processador de arquitetura x64, com no mínimo 8 núcleos físicos e 16 threads, frequência base mínima de 4,2 GHz, cache total mínimo de 24 MB ou superior, com gráficos integrados, soquete compatível com a plataforma AM5 ou equivalente superior.</p> <p>Placa-mãe compatível com o processador ofertado, com suporte a memória DDR5 em dual channel, dois slots de memória ou mais, velocidade mínima JEDEC de 4800 MHz ou superior, ao menos 1 saída HDMI e 1 saída VGA ou superior/compatível, no mínimo 4 portas USB 5Gbps tipo A e 2 portas USB 2.0 ou superior, 1 slot M.2 PCIe 4.0 x4 para SSD formato 2280, no mínimo 4 portas SATA III 6Gb/s e interface de rede Ethernet Gigabit ou superior.</p> <p>Memória RAM de 32 GB, composta por 2 módulos de 16 GB DDR5, frequência mínima de 5600 MHz ou superior.</p> <p>Armazenamento SSD de 1 TB, formato M.2 2280, interface PCIe NVMe, com desempenho compatível com a categoria corporativa, aceitando-se modelo com leitura e gravação iguais ou superiores a 5000 MB/s e 3500 MB/s, respectivamente, ou desempenho superior.</p> <p>Fonte de alimentação mínima de 600 W, bivolt automática 100–240 V, com certificação mínima 80 Plus White ou superior, com conectores compatíveis com a configuração ofertada.</p> <p>Gabinete tipo mid tower, compatível com placa-mãe ATX ou micro-ATX, com no mínimo 1 porta USB 3.0 e 2 portas USB 2.0 frontais ou superiores, com ventilação adequada e espaço compatível com a configuração proposta.</p> <p>Licença perpétua original do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional, versão 64 bits, idioma Português (Brasil), (ou versão imediatamente superior disponível)</p> <p>Licença perpétua original do pacote Microsoft Office versão 2024 Professional Plus (ou versão imediatamente superior disponível), 64 bits preferencial, idioma Português (Brasil), deve incluir no mínimo os aplicativos Word, Excel, PowerPoint, Outlook, Access, Publisher e OneNote</p>			
2	Und.	8	<p>Monitor LED IPS ou tecnologia superior, cor preta, com ajuste de altura, inclinação e rotação/pivot, tamanho mínimo de 21,5 polegadas, resolução Full HD 1920 x 1080 a 60 Hz ou superior, brilho mínimo de 250 cd/m², contraste estático</p>			

Rua Tapajós, 64, sala 02, Centro - CEP: 85.501-045 - Pato Branco - Paraná

Fone: (46) 3225-6167 – www.patoprev.org

			mínimo de 1000:1, tempo de resposta máximo de 5 ms, com pelo menos 1 entrada HDMI e 1 DisplayPort, admitindo-se também VGA quando disponível. Deve acompanhar cabo HDMI de no mínimo 2 metros.			
3	und.	8	<p>Mouse sem fio, novo, sem uso anterior, com tecnologia óptica, resolução mínima ajustável de 4000 DPI ou superior, com no mínimo 3 botões, incluindo botão de rolagem central, formato ambidestro ou ergonômico para uso corporativo, conexão sem fio por Bluetooth e/ou receptor USB de 2,4 GHz, compatível com sistemas operacionais Windows, Linux e outros ambientes corporativos equivalentes.</p> <p>Deverá possuir operação silenciosa ou de baixo ruído nos cliques, autonomia de bateria compatível com uso contínuo em ambiente de escritório, indicador de energia e compatibilidade com computadores desktop e notebooks. O equipamento deve acompanhar pilhas ou bateria, quando aplicável, e todos os itens necessários ao seu pleno funcionamento.</p>			
4	und.	1	<p>Notebook novo, sem uso anterior, destinado ao uso corporativo e administrativo, com processador de arquitetura x64 de geração atual, com no mínimo 10 núcleos e 12 threads, frequência turbo mínima de 5,0 GHz ou superior, cache mínimo de 12 MB ou superior, com gráficos integrados.</p> <p>Deverá possuir memória RAM de no mínimo 16 GB DDR5, expansível ou soldada conforme projeto do fabricante, armazenamento SSD NVMe M.2 de no mínimo 512 GB, ou superior, tela de no mínimo 16 polegadas, tecnologia IPS ou equivalente superior, resolução mínima Full HD+ 1920 x 1200, antirreflexo, brilho mínimo de 300 nits e taxa de atualização de 60 Hz ou superior.</p> <p>O equipamento deverá conter, no mínimo, 1 porta HDMI, 1 porta USB-C com suporte a vídeo e fornecimento de energia, 2 portas USB-A ou superior, webcam integrada, microfones integrados, conectividade sem fio Wi-Fi 6 ou superior e Bluetooth, bateria integrada com autonomia compatível com uso corporativo, teclado ABNT2, e deverá ser acompanhado de carregador original compatível.</p> <p>Licença perpétua original do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional, versão 64 bits, idioma Português (Brasil), (ou versão imediatamente superior disponível)</p> <p>Licença perpétua original do pacote Microsoft Office versão 2024 Professional Plus (ou versão imediatamente superior disponível), 64 bits preferencial, idioma Português (Brasil), deve incluir no mínimo os aplicativos Word, Excel, PowerPoint, Outlook, Access, Publisher e OneNote</p>			
5	Unid.	10	<p>Licença de uso de antivírus de arquivos residente (anti-spyware, anti-trojan, anti-malware, anti-ransomware etc). <u>Compatível com Microsoft Windows 7, 32 e 64 bits, Microsoft Windows 10, 64 bits e Microsoft Windows 11, 64 bits. Prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses.</u> Que verifique qualquer arquivo criado, acessado ou modificado.</p> <p>Antivírus de Web (módulo para verificação de sites e downloads contra vírus). Deve possuir módulo IDS (Intrusion Detection System) para proteção contra port scans e exploração de vulnerabilidades de softwares. A base de dados de análise deve ser atualizada juntamente com as vacinas. Auto-proteção (contra ataques aos serviços/processos do antivírus). Controle de dispositivos externos. Controle de vulnerabilidades do Windows e dos aplicativos instalados. As vacinas devem ser atualizadas pelo fabricante e disponibilizadas aos usuários de forma automática. Capacidade de adicionar aplicativos a uma lista de “aplicativos confiáveis”, onde as atividades de rede, atividades de disco e acesso ao registro do Windows não serão monitoradas. Capacidade de pausar automaticamente varreduras agendadas caso outros aplicativos necessitem de mais recursos de memória ou processamento. O antivírus de arquivos, ao encontrar</p>			

			um objeto potencialmente perigoso, deve: perguntar o que fazer ou bloquear acesso ao objeto, apagar o objeto ou tentar desinfecção (de acordo com a configuração pré-estabelecida pelo administrador). Em caso positivo de desinfecção deve: Restaurar o objeto para uso. Em caso negativo de desinfecção: Mover para quarentena ou apagar (de acordo com a configuração pré-estabelecida pelo administrador), anteriormente a qualquer tentativa de desinfecção ou exclusão permanente, o antivírus deve realizar um backup do objeto. Capacidade de verificar tráfego SSL e HTTP nos browsers: Internet Explorer, Firefox e Chrome.			
6	Unid.	1	Roteador Wi-Fi 6 Dual Band (2,4 GHz e 5 GHz), novo, sem uso anterior, com velocidade total combinada mínima de 5400 Mbps ou superior, suporte aos padrões IEEE 802.11ax/ac/n/a (5 GHz) e 802.11ax/n/b/g (2,4 GHz), com pelo menos 4 antenas externas fixas, tecnologias Beamforming, MU-MIMO, OFDMA, compatível com sistema Mesh. Processador com no mínimo 3 núcleos a 1,5 GHz ou superior. Portas: 1x WAN Gigabit, no mínimo 4x LAN Gigabit (com suporte a agregação de links), 1x USB 3.0. Deve suportar partições NTFS, exFAT, HFS+, FAT32, com funções de servidor FTP, Samba, Media Server e backup Time Machine. Recursos mínimos obrigatórios: redes de convidados separadas (2,4 GHz e 5 GHz), controle parental, QoS por dispositivo, VPN (OpenVPN/PPTP), IPv4/IPv6, UPnP, DMZ, encaminhamento de portas, SPI Firewall, WPA2/WPA3, modo roteador e access point, botões WPS/Reset/Wi-Fi. Alimentação bivolt 100-240V ou 12V 2,5A, com garantia mínima de 12 meses e manual de instruções em português.			
7	Unid.	8	Teclado Periférico Sem Fio Padrão Full-Size (100%). Layout padrão ABNT2 (Português Brasil), com presença obrigatória da tecla "Ç" e tecla "Enter" em formato de bota ou padrão normatizado. Bloco Numérico: Integrado na lateral direita (teclado numérico independente), contendo no mínimo 17 teclas, incluindo operadores matemáticos e tecla "Enter" dedicada. Tecnologia de membrana de alta durabilidade ou scissor-switch, com curso de acionamento suave, baixo ruído (silent click) e vida útil mínima de 10 milhões de acionamentos por tecla. Estrutura em material termoplástico de alta resistência (ABS ou superior); Pés retráteis para ajuste de inclinação/angulação; Caracteres gravados a laser ou com proteção UV para evitar o desgaste prematuro por fricção. Conexão via rádio frequência (RF) 2.4GHz através de nano receptor USB e/ou Bluetooth 5.0 ou superior. Alcance operacional mínimo de 10 metros. Teclas de atalho multimídia (volume, mute, reprodução) integradas ou via função (FN); Indicadores visuais (LED) para as funções Caps Lock, Num Lock e Scroll Lock (e status de bateria, se sem fio); Resistência a derramamento acidental de líquidos (canais de escoamento integrados). Suporte nativo para sistemas operacionais Windows 10/11. Garantia técnica mínima de 12 meses. O produto deve estar em conformidade com as normas vigentes de ergonomia (NR-17). Alimentação sem fio através de "Bateria interna recarregável" ou "Uso de pilhas alcalinas".			
8	Unid.	1	Impressora térmica para cartões PVC, nova, de primeiro uso, para personalização de crachás e cartões de identificação, com impressão direta no cartão por sublimação de tinta e/ou transferência térmica por resina, com capacidade de impressão em policromia e monocromia, em uma ou duas faces, com resolução mínima de 300 dpi, compatível com cartões padrão CR-80 ISO 7810 ID-1 e espessura compatível entre 0,25 mm e 1,00 mm, ou superior. Deve possuir alimentação automática com capacidade mínima para 100 cartões, saída com capacidade mínima para 100 cartões, interface USB e Ethernet, e recursos de			

			<p>calibração automática de fita. Deve acompanhar software para criação e edição de cartões, drivers para sistemas operacionais Windows e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento.</p> <p>A impressora deverá permitir a personalização de cartões de PVC com qualidade de imagem compatível com modelos de mercado equivalentes ou superiores, com produtividade mínima aproximada de 140 cartões/hora em impressão frente e verso colorida, ou desempenho superior.</p>			
9	Unid.	1	<p>Kit de videoconferência wireless completo, novo, sem uso anterior, composto por câmera e viva-voz independentes, para reuniões corporativas e uso em órgãos públicos.</p> <p>CÂMERA: Resolução mínima 4K (3840x2160)@30fps ou 1080p@60fps Sensor mínimo 8MP com HDR e compensação de baixa luz Campo de visão diagonal mínimo 90° Zoom digital mínimo 5x em Full HD Autofocus e enquadramento automático por IA Conexão USB 3.0/USB-C plug-and-play</p> <p>VIVA-VOZ: Conexão Bluetooth 5.0+ ou dongle USB baixa latência Array de microfones omnidirecionais 360° Alcance mínimo 4 metros Cancelamento de eco (AEC), redução de ruído IA, Full-Duplex Autonomia mínima 12 horas, recarga <3h via USB-C</p> <p>COMPATIBILIDADE: Windows 10/11, macOS, ChromeOS Otimizado/certificado para Teams, Zoom, Google Meet Instalação plug-and-play (sem drivers) Garantia mínima 24 meses + assistência técnica autorizada nacional comprovada.</p>			
10	Unid.	1	<p>Máquina de café expresso automática profissional, nacional, nova, sem uso anterior, destinada ao preparo padronizado de bebidas quentes, com as especificações técnicas mínimas abaixo.</p> <p>Capacidade simultânea para 4 bebidas distintas: café expresso, cappuccino, chocolate quente e chá</p> <p>Painel de controle frontal touch ou botões com operação "one-touch" (um toque por bebida)</p> <p>Alimentação bivolt automático 127/220V, 50/60Hz</p> <p>Garantia mínima de 24 meses por assistência técnica autorizada.</p> <p>Deve acompanhar 2 pacotes de cada insumo utilizado no preparo de bebidas.</p>			
Total Global:						

***Obrigatório a indicação de marca/modelo**

VALIDADE DA PROPOSTA: mínimo de 60 (sessenta) dias.

Declaramos que estamos cientes das condições apresentadas no termo de referência.

OBS: A aceitação da proposta será após a apresentação das exigências constantes no Termo de Referência.

Dados bancários:

_____ de _____ de xxx.

Rua Tapajós, 64, sala 02, Centro - CEP: 85.501-045 - Pato Branco - Paraná
Fone: (46) 3225-6167 – www.patoprev.org



Assinatura do representante legal

Razão social

CNPJ:

Rua Tapajós, 64, sala 02, Centro - CEP: 85.501-045 - Pato Branco - Paraná
Fone: (46) 3225-6167 – www.patoprev.org

Assinado por 1 pessoa: ADEMILSON CANDIDO SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/9E7E-1894-AA41-47E3> e informe o código 9E7E-1894-AA41-47E3



ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PATO BRANCO - PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Pato Branco - PATOPREV, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 30.731.795/0001-79, com sede e foro na Rua Tapajós, nº 64, sala 02, Cento, em Pato Branco - PR, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, o Sr. Ademilson Cândido Silva, brasileiro, portador do CPF sob nº 809.730.199-72, da Cédula de Identidade nº 4.908.490-0 SSP/PR, residente e domiciliado em Pato Branco - PR, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2026, publicada no de/202....., processo administrativo nº 4/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 9.512, de 27 de abril de 2023, do Decreto Municipal nº 9.571, de 4 de julho de 2023, do Decreto Municipal nº 9.544, de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito municipal, do Decreto Municipal nº 10.057, de 2024, que dispõe sobre o procedimento sancionador e a aplicação de penalidades administrativas no âmbito do Município de Pato Branco, e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e suprimentos de informática, bem como de máquina de café expresso automática profissional, destinados a atender às necessidades institucionais do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV, especificado no Termo de Referência, anexo do edital de licitação nº xxxx/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Unid.	Qt	Descrição	Valor Unit.	Valor total	Marca/Modelo
1	Und.	08	Computador desktop novo, sem uso anterior, com processador de arquitetura x64, com no mínimo 8 núcleos físicos e 16 threads, frequência base mínima de 4,2 GHz, cache total mínimo de 24 MB ou superior, com gráficos integrados, soquete compatível com a plataforma AM5 ou equivalente superior. Placa-mãe compatível com o processador ofertado, com suporte a memória DDR5 em dual channel, dois slots de memória ou mais, velocidade mínima JEDEC de 4800 MHz ou superior, ao menos 1 saída HDMI e 1 saída VGA ou superior/compatível, no mínimo 4 portas USB 5Gbps tipo A e 2 portas USB 2.0 ou superior, 1 slot M.2 PCIe 4.0 x4 para SSD formato 2280, no mínimo 4 portas SATA III 6Gb/s e			

			<p>interface de rede Ethernet Gigabit ou superior.</p> <p>Memória RAM de 32 GB, composta por 2 módulos de 16 GB DDR5, frequência mínima de 5600 MHz ou superior.</p> <p>Armazenamento SSD de 1 TB, formato M.2 2280, interface PCIe NVMe, com desempenho compatível com a categoria corporativa, aceitando-se modelo com leitura e gravação iguais ou superiores a 5000 MB/s e 3500 MB/s, respectivamente, ou desempenho superior.</p> <p>Fonte de alimentação mínima de 600 W, bivolt automática 100–240 V, com certificação mínima 80 Plus White ou superior, com conectores compatíveis com a configuração ofertada.</p> <p>Gabinete tipo mid tower, compatível com placa-mãe ATX ou micro-ATX, com no mínimo 1 porta USB 3.0 e 2 portas USB 2.0 frontais ou superiores, com ventilação adequada e espaço compatível com a configuração proposta.</p> <p>Licença perpétua original do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional, versão 64 bits, idioma Português (Brasil), (ou versão imediatamente superior disponível)</p> <p>Licença perpétua original do pacote Microsoft Office versão 2024 Professional Plus (ou versão imediatamente superior disponível), 64 bits preferencial, idioma Português (Brasil), deve incluir no mínimo os aplicativos Word, Excel, PowerPoint, Outlook, Access, Publisher e OneNote</p>			
2	Und.	8	<p>Monitor LED IPS ou tecnologia superior, cor preta, com ajuste de altura, inclinação e rotação/pivot, tamanho mínimo de 21,5 polegadas, resolução Full HD 1920 x 1080 a 60 Hz ou superior, brilho mínimo de 250 cd/m², contraste estático mínimo de 1000:1, tempo de resposta máximo de 5 ms, com pelo menos 1 entrada HDMI e 1 DisplayPort, admitindo-se também VGA quando disponível. Deve acompanhar cabo HDMI de no mínimo 2 metros.</p>			
3	und.	8	<p>Mouse sem fio, novo, sem uso anterior, com tecnologia óptica, resolução mínima ajustável de 4000 DPI ou superior, com no mínimo 3 botões, incluindo botão de rolagem central, formato ambidestro ou ergonômico para uso corporativo, conexão sem fio por Bluetooth e/ou receptor USB de 2,4 GHz, compatível com sistemas operacionais Windows, Linux e outros ambientes corporativos equivalentes.</p> <p>Deverá possuir operação silenciosa ou de baixo ruído nos cliques, autonomia de bateria compatível com uso contínuo em ambiente de escritório, indicador de energia e compatibilidade com computadores desktop e notebooks. O equipamento deve acompanhar pilhas ou bateria, quando aplicável, e todos os itens necessários ao seu pleno funcionamento.</p>			
4	und.	1	<p>Notebook novo, sem uso anterior, destinado ao uso corporativo e administrativo, com processador de arquitetura x64 de geração atual, com no mínimo 10 núcleos e 12 threads, frequência turbo mínima de 5,0 GHz ou superior, cache mínimo de 12 MB ou superior, com gráficos integrados.</p> <p>Deverá possuir memória RAM de no mínimo 16 GB DDR5, expansível ou soldada conforme projeto do fabricante, armazenamento SSD NVMe M.2 de no mínimo 512 GB, ou superior, tela de no mínimo 16 polegadas, tecnologia IPS ou equivalente superior, resolução mínima Full HD+ 1920 x 1200, antirreflexo, brilho mínimo de 300 nits e taxa de atualização de 60 Hz ou superior.</p> <p>O equipamento deverá conter, no mínimo, 1 porta HDMI, 1 porta USB-C com suporte a vídeo e fornecimento de energia, 2 portas USB-A ou superior, webcam integrada, microfones integrados, conectividade sem fio Wi-Fi 6 ou superior e Bluetooth, bateria integrada com autonomia compatível com uso corporativo, teclado ABNT2, e deverá ser acompanhado de carregador original compatível.</p> <p>Licença perpétua original do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional, versão 64 bits, idioma Português</p>			

			(Brasil), (ou versão imediatamente superior disponível)			
			Licença perpétua original do pacote Microsoft Office versão 2024 Professional Plus (ou versão imediatamente superior disponível), 64 bits preferencial, idioma Português (Brasil), deve incluir no mínimo os aplicativos Word, Excel, PowerPoint, Outlook, Access, Publisher e OneNote			
5	Unid.	10	Licença de uso de antivírus de arquivos residente (anti-spyware, anti-trojan, anti-malware, anti-ransomware etc). <u>Compatível com Microsoft Windows 7, 32 e 64 bits, Microsoft Windows 10, 64 bits e Microsoft Windows 11, 64 bits. Prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses.</u> Que verifique qualquer arquivo criado, acessado ou modificado. Antivírus de Web (módulo para verificação de sites e downloads contra vírus). Deve possuir módulo IDS (Intrusion Detection System) para proteção contra port scans e exploração de vulnerabilidades de softwares. A base de dados de análise deve ser atualizada juntamente com as vacinas. Auto-proteção (contra ataques aos serviços/processos do antivírus). Controle de dispositivos externos. Controle de vulnerabilidades do Windows e dos aplicativos instalados. As vacinas devem ser atualizadas pelo fabricante e disponibilizadas aos usuários de forma automática. Capacidade de adicionar aplicativos a uma lista de "aplicativos confiáveis", onde as atividades de rede, atividades de disco e acesso ao registro do Windows não serão monitoradas. Capacidade de pausar automaticamente varreduras agendadas caso outros aplicativos necessitem de mais recursos de memória ou processamento. O antivírus de arquivos, ao encontrar um objeto potencialmente perigoso, deve: perguntar o que fazer ou bloquear acesso ao objeto, apagar o objeto ou tentar desinfecção (de acordo com a configuração pré-estabelecida pelo administrador). Em caso positivo de desinfecção deve: Restaurar o objeto para uso. Em caso negativo de desinfecção: Mover para quarentena ou apagar (de acordo com a configuração pré-estabelecida pelo administrador), anteriormente a qualquer tentativa de desinfecção ou exclusão permanente, o antivírus deve realizar um backup do objeto. Capacidade de verificar tráfego SSL e HTTP nos browsers: Internet Explorer, Firefox e Chrome.			
6	Unid.	1	Roteador Wi-Fi 6 Dual Band (2,4 GHz e 5 GHz), novo, sem uso anterior, com velocidade total combinada mínima de 5400 Mbps ou superior, suporte aos padrões IEEE 802.11ax/ac/n/a (5 GHz) e 802.11ax/n/b/g (2,4 GHz), com pelo menos 4 antenas externas fixas, tecnologias Beamforming, MU-MIMO, OFDMA, compatível com sistema Mesh. Processador com no mínimo 3 núcleos a 1,5 GHz ou superior. Portas: 1x WAN Gigabit, no mínimo 4x LAN Gigabit (com suporte a agregação de links), 1x USB 3.0. Deve suportar partições NTFS, exFAT, HFS+, FAT32, com funções de servidor FTP, Samba, Media Server e backup Time Machine. Recursos mínimos obrigatórios: redes de convidados separadas (2,4 GHz e 5 GHz), controle parental, QoS por dispositivo, VPN (OpenVPN/PPTP), IPv4/IPv6, UPnP, DMZ, encaminhamento de portas, SPI Firewall, WPA2/WPA3, modo roteador e access point, botões WPS/Reset/Wi-Fi. Alimentação bivolt 100-240V ou 12V 2,5A, com garantia mínima de 12 meses e manual de instruções em português.			
7	Unid.	8	Teclado Periférico Sem Fio Padrão Full-Size (100%). Layout padrão ABNT2 (Português Brasil), com presença obrigatória da tecla "Ç" e tecla "Enter" em formato de bota ou padrão normalizado. Bloco Numérico: Integrado na lateral direita (teclado numérico independente), contendo no mínimo 17 teclas, incluindo operadores matemáticos e tecla "Enter" dedicada. Tecnologia de membrana de alta durabilidade ou scissor-switch, com curso de acionamento suave, baixo ruído (silent click) e vida útil mínima de 10 milhões de acionamentos por tecla. Estrutura em material termoplástico de alta resistência (ABS ou superior); Pés retráteis para ajuste de inclinação/angulação; Caracteres gravados a laser ou com proteção UV para evitar o desgaste prematuro por fricção. Conexão via rádio frequência (RF) 2.4GHz através de nano receptor USB e/ou Bluetooth 5.0 ou superior.			

			<p>Alcance operacional mínimo de 10 metros. Teclas de atalho multimídia (volume, mute, reprodução) integradas ou via função (FN); Indicadores visuais (LED) para as funções Caps Lock, Num Lock e Scroll Lock (e status de bateria, se sem fio); Resistência a derramamento acidental de líquidos (canais de escoamento integrados). Suporte nativo para sistemas operacionais Windows 10/11. Garantia técnica mínima de 12 meses. O produto deve estar em conformidade com as normas vigentes de ergonomia (NR-17).</p> <p>Alimentação sem fio através de "Bateria interna recarregável" ou "Uso de pilhas alcalinas".</p>			
8	Unid.	1	<p>Impressora térmica para cartões PVC, nova, de primeiro uso, para personalização de crachás e cartões de identificação, com impressão direta no cartão por sublimação de tinta e/ou transferência térmica por resina, com capacidade de impressão em policromia e monocromia, em uma ou duas faces, com resolução mínima de 300 dpi, compatível com cartões padrão CR-80 ISO 7810 ID-1 e espessura compatível entre 0,25 mm e 1,00 mm, ou superior.</p> <p>Deve possuir alimentação automática com capacidade mínima para 100 cartões, saída com capacidade mínima para 100 cartões, interface USB e Ethernet, e recursos de calibração automática de fita. Deve acompanhar software para criação e edição de cartões, drivers para sistemas operacionais Windows e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento.</p> <p>A impressora deverá permitir a personalização de cartões de PVC com qualidade de imagem compatível com modelos de mercado equivalentes ou superiores, com produtividade mínima aproximada de 140 cartões/hora em impressão frente e verso colorida, ou desempenho superior.</p>			
9	Unid.	1	<p>Kit de videoconferência wireless completo, novo, sem uso anterior, composto por câmera e viva-voz independentes, para reuniões corporativas e uso em órgãos públicos.</p> <p>CÂMERA: Resolução mínima 4K (3840x2160)@30fps ou 1080p@60fps Sensor mínimo 8MP com HDR e compensação de baixa luz Campo de visão diagonal mínimo 90° Zoom digital mínimo 5x em Full HD Autofocus e enquadramento automático por IA Conexão USB 3.0/USB-C plug-and-play</p> <p>VIVA-VOZ: Conexão Bluetooth 5.0+ ou dongle USB baixa latência Array de microfones omnidirecionais 360° Alcance mínimo 4 metros Cancelamento de eco (AEC), redução de ruído IA, Full-Duplex Autonomia mínima 12 horas, recarga <3h via USB-C</p> <p>COMPATIBILIDADE: Windows 10/11, macOS, ChromeOS Otimizado/certificado para Teams, Zoom, Google Meet Instalação plug-and-play (sem drivers) Garantia mínima 24 meses + assistência técnica autorizada nacional comprovada.</p>			
10	Unid.	1	<p>Máquina de café expresso automática profissional, nacional, nova, sem uso anterior, destinada ao preparo padronizado de bebidas quentes, com as especificações técnicas mínimas abaixo.</p> <p>Capacidade simultânea para 4 bebidas distintas: café expresso, cappuccino, chocolate quente e chá</p> <p>Painel de controle frontal touch ou botões com operação "one-touch" (um toque por bebida)</p> <p>Alimentação bivolt automático 127/220V, 50/60Hz</p> <p>Garantia mínima de 24 meses por assistência técnica autorizada.</p> <p>Deve acompanhar 2 pacotes de cada insumo utilizado no preparo de bebidas.</p>			

Total Global:

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. Nos termos do art. 86, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o procedimento de abertura de intenção de registro de preços não será realizado, tendo em vista que a presente Entidade Gerenciadora é a única CONTRATANTE do certame.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

4.1.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.1.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

4.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver

necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

4.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Decreto Municipal nº 9.544/2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto Municipal nº 9.544/2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8.4. O descumprimento das obrigações assumidas nesta Ata de Registro de Preços e nos contratos dela decorrentes sujeitará o fornecedor às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 10.057/2024, observados os critérios de tipificação da conduta, dosimetria, cálculo de multas, agravantes, atenuantes, competência e procedimento definidos no regulamento municipal.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Unid.	Qt	Descrição	Valor Unit.	Valor total	Marca/Modelo
1	Und.	08	<p>Computador desktop novo, sem uso anterior, com processador de arquitetura x64, com no mínimo 8 núcleos físicos e 16 threads, frequência base mínima de 4,2 GHz, cache total mínimo de 24 MB ou superior, com gráficos integrados, soquete compatível com a plataforma AM5 ou equivalente superior.</p> <p>Placa-mãe compatível com o processador ofertado, com suporte a memória DDR5 em dual channel, dois slots de memória ou mais, velocidade mínima JEDEC de 4800 MHz ou superior, ao menos 1 saída HDMI e 1 saída VGA ou superior/compatível, no mínimo 4 portas USB 5Gbps tipo A e 2 portas USB 2.0 ou superior, 1 slot M.2 PCIe 4.0 x4 para SSD formato 2280, no mínimo 4 portas SATA III 6Gb/s e interface de rede Ethernet Gigabit ou superior.</p> <p>Memória RAM de 32 GB, composta por 2 módulos de 16 GB DDR5, frequência mínima de 5600 MHz ou superior.</p> <p>Armazenamento SSD de 1 TB, formato M.2 2280, interface PCIe NVMe, com desempenho compatível com a categoria corporativa, aceitando-se modelo com leitura e gravação iguais ou superiores a 5000 MB/s e 3500 MB/s, respectivamente, ou desempenho superior.</p> <p>Fonte de alimentação mínima de 600 W, bivolt automática 100–240 V, com certificação mínima 80 Plus White ou superior, com conectores compatíveis com a configuração ofertada.</p> <p>Gabinete tipo mid tower, compatível com placa-mãe ATX ou micro-ATX, com no mínimo 1 porta USB 3.0 e 2 portas USB 2.0 frontais ou superiores, com ventilação adequada e espaço compatível com a configuração proposta.</p> <p>Licença perpétua original do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional, versão 64 bits, idioma Português (Brasil), (ou versão imediatamente superior disponível)</p> <p>Licença perpétua original do pacote Microsoft Office versão 2024 Professional Plus (ou versão imediatamente superior disponível), 64 bits preferencial, idioma Português (Brasil), deve incluir no mínimo os aplicativos Word, Excel, PowerPoint, Outlook, Access, Publisher e OneNote</p>			
2	Und.	8	<p>Monitor LED IPS ou tecnologia superior, cor preta, com ajuste de altura, inclinação e rotação/pivot, tamanho mínimo de 21,5 polegadas, resolução Full HD 1920 x 1080 a 60 Hz ou superior, brilho mínimo de 250 cd/m², contraste estático mínimo de 1000:1, tempo de resposta máximo de 5 ms, com pelo menos 1 entrada HDMI e 1 DisplayPort, admitindo-se também VGA quando disponível. Deve acompanhar cabo HDMI de no mínimo 2 metros.</p>			
3	und.	8	<p>Mouse sem fio, novo, sem uso anterior, com tecnologia óptica, resolução mínima ajustável de 4000 DPI ou superior, com no mínimo 3 botões, incluindo botão de rolagem central, formato ambidestro ou ergonômico para uso corporativo, conexão sem fio por Bluetooth e/ou receptor USB de 2,4 GHz, compatível com sistemas operacionais Windows, Linux e outros ambientes corporativos equivalentes.</p> <p>Deverá possuir operação silenciosa ou de baixo ruído nos cliques, autonomia de bateria compatível com uso contínuo</p>			

			em ambiente de escritório, indicador de energia e compatibilidade com computadores desktop e notebooks. O equipamento deve acompanhar pilhas ou bateria, quando aplicável, e todos os itens necessários ao seu pleno funcionamento.			
4	und.	1	<p>Notebook novo, sem uso anterior, destinado ao uso corporativo e administrativo, com processador de arquitetura x64 de geração atual, com no mínimo 10 núcleos e 12 threads, frequência turbo mínima de 5,0 GHz ou superior, cache mínimo de 12 MB ou superior, com gráficos integrados.</p> <p>Deverá possuir memória RAM de no mínimo 16 GB DDR5, expansível ou soldada conforme projeto do fabricante, armazenamento SSD NVMe M.2 de no mínimo 512 GB, ou superior, tela de no mínimo 16 polegadas, tecnologia IPS ou equivalente superior, resolução mínima Full HD+ 1920 x 1200, antirreflexo, brilho mínimo de 300 nits e taxa de atualização de 60 Hz ou superior.</p> <p>O equipamento deverá conter, no mínimo, 1 porta HDMI, 1 porta USB-C com suporte a vídeo e fornecimento de energia, 2 portas USB-A ou superior, webcam integrada, microfones integrados, conectividade sem fio Wi-Fi 6 ou superior e Bluetooth, bateria integrada com autonomia compatível com uso corporativo, teclado ABNT2, e deverá ser acompanhado de carregador original compatível.</p> <p>Licença perpétua original do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional, versão 64 bits, idioma Português (Brasil), (ou versão imediatamente superior disponível)</p> <p>Licença perpétua original do pacote Microsoft Office versão 2024 Professional Plus (ou versão imediatamente superior disponível), 64 bits preferencial, idioma Português (Brasil), deve incluir no mínimo os aplicativos Word, Excel, PowerPoint, Outlook, Access, Publisher e OneNote</p>			
5	Unid.	10	<p>Licença de uso de antivírus de arquivos residente (anti-spyware, anti-trojan, anti-malware, anti-ransomware etc). <u>Compatível com Microsoft Windows 7, 32 e 64 bits, Microsoft Windows 10, 64 bits e Microsoft Windows 11, 64 bits. Prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses.</u> Que verifique qualquer arquivo criado, acessado ou modificado. Antivírus de Web (módulo para verificação de sites e downloads contra vírus). Deve possuir módulo IDS (Intrusion Detection System) para proteção contra port scans e exploração de vulnerabilidades de softwares. A base de dados de análise deve ser atualizada juntamente com as vacinas. Auto-proteção (contra ataques aos serviços/processos do antivírus). Controle de dispositivos externos. Controle de vulnerabilidades do Windows e dos aplicativos instalados. As vacinas devem ser atualizadas pelo fabricante e disponibilizadas aos usuários de forma automática. Capacidade de adicionar aplicativos a uma lista de "aplicativos confiáveis", onde as atividades de rede, atividades de disco e acesso ao registro do Windows não serão monitoradas. Capacidade de pausar automaticamente varreduras agendadas caso outros aplicativos necessitem de mais recursos de memória ou processamento. O antivírus de arquivos, ao encontrar um objeto potencialmente perigoso, deve: perguntar o que fazer ou bloquear acesso ao objeto, apagar o objeto ou tentar desinfecção (de acordo com a configuração pré-estabelecida pelo administrador). Em caso positivo de desinfecção deve: Restaurar o objeto para uso. Em caso negativo de desinfecção: Mover para quarentena ou apagar (de acordo com a configuração pré-estabelecida pelo administrador), anteriormente a qualquer tentativa de desinfecção ou exclusão permanente, o antivírus deve realizar um backup do objeto. Capacidade de verificar tráfego SSL e HTTP nos browsers: Internet Explorer, Firefox e Chrome.</p>			
6	Unid.	1	Roteador Wi-Fi 6 Dual Band (2,4 GHz e 5 GHz), novo, sem uso anterior, com velocidade total combinada mínima de 5400 Mbps ou superior, suporte aos padrões IEEE 802.11ax/ac/n/a (5 GHz) e 802.11ax/n/b/g (2,4 GHz), com pelo menos 4 antenas externas fixas, tecnologias Beamforming, MU-MIMO, OFDMA, compatível com sistema			

			<p>Mesh.</p> <p>Processador com no mínimo 3 núcleos a 1,5 GHz ou superior. Portas: 1x WAN Gigabit, no mínimo 4x LAN Gigabit (com suporte a agregação de links), 1x USB 3.0. Deve suportar partições NTFS, exFAT, HFS+, FAT32, com funções de servidor FTP, Samba, Media Server e backup Time Machine.</p> <p>Recursos mínimos obrigatórios: redes de convidados separadas (2,4 GHz e 5 GHz), controle parental, QoS por dispositivo, VPN (OpenVPN/PPTP), IPv4/IPv6, UPnP, DMZ, encaminhamento de portas, SPI Firewall, WPA2/WPA3, modo roteador e access point, botões WPS/Reset/Wi-Fi.</p> <p>Alimentação bivolt 100-240V ou 12V 2,5A, com garantia mínima de 12 meses e manual de instruções em português.</p>			
7	Unid.	8	<p>Teclado Periférico Sem Fio Padrão Full-Size (100%). Layout padrão ABNT2 (Português Brasil), com presença obrigatória da tecla "Ç" e tecla "Enter" em formato de bota ou padrão normatizado. Bloco Numérico: Integrado na lateral direita (teclado numérico independente), contendo no mínimo 17 teclas, incluindo operadores matemáticos e tecla "Enter" dedicada. Tecnologia de membrana de alta durabilidade ou scissor-switch, com curso de acionamento suave, baixo ruído (silent click) e vida útil mínima de 10 milhões de acionamentos por tecla. Estrutura em material termoplástico de alta resistência (ABS ou superior); Pés retráteis para ajuste de inclinação/angulação; Caracteres gravados a laser ou com proteção UV para evitar o desgaste prematuro por fricção. Conexão via rádio frequência (RF) 2.4GHz através de nano receptor USB e/ou Bluetooth 5.0 ou superior. Alcance operacional mínimo de 10 metros. Teclas de atalho multimídia (volume, mute, reprodução) integradas ou via função (FN); Indicadores visuais (LED) para as funções Caps Lock, Num Lock e Scroll Lock (e status de bateria, se sem fio); Resistência a derramamento acidental de líquidos (canais de escoamento integrados). Suporte nativo para sistemas operacionais Windows 10/11. Garantia técnica mínima de 12 meses. O produto deve estar em conformidade com as normas vigentes de ergonomia (NR-17).</p> <p>Alimentação sem fio através de "Bateria interna recarregável" ou "Uso de pilhas alcalinas".</p>			
8	Unid.	1	<p>Impressora térmica para cartões PVC, nova, de primeiro uso, para personalização de crachás e cartões de identificação, com impressão direta no cartão por sublimação de tinta e/ou transferência térmica por resina, com capacidade de impressão em policromia e monocromia, em uma ou duas faces, com resolução mínima de 300 dpi, compatível com cartões padrão CR-80 ISO 7810 ID-1 e espessura compatível entre 0,25 mm e 1,00 mm, ou superior.</p> <p>Deve possuir alimentação automática com capacidade mínima para 100 cartões, saída com capacidade mínima para 100 cartões, interface USB e Ethernet, e recursos de calibração automática de fita. Deve acompanhar software para criação e edição de cartões, drivers para sistemas operacionais Windows e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento.</p> <p>A impressora deverá permitir a personalização de cartões de PVC com qualidade de imagem compatível com modelos de mercado equivalentes ou superiores, com produtividade mínima aproximada de 140 cartões/hora em impressão frente e verso colorida, ou desempenho superior.</p>			
9	Unid.	1	<p>Kit de videoconferência wireless completo, novo, sem uso anterior, composto por câmera e viva-voz independentes, para reuniões corporativas e uso em órgãos públicos.</p> <p>CÂMERA:</p> <p>Resolução mínima 4K (3840x2160)@30fps ou 1080p@60fps</p> <p>Sensor mínimo 8MP com HDR e compensação de baixa luz</p> <p>Campo de visão diagonal mínimo 90°</p> <p>Zoom digital mínimo 5x em Full HD</p> <p>Autofocus e enquadramento automático por IA</p> <p>Conexão USB 3.0/USB-C plug-and-play</p>			

			VIVA-VOZ: Conexão Bluetooth 5.0+ ou dongle USB baixa latência Array de microfones omnidirecionais 360° Alcance mínimo 4 metros Cancelamento de eco (AEC), redução de ruído IA, Full-Duplex Autonomia mínima 12 horas, recarga <3h via USB-C COMPATIBILIDADE: Windows 10/11, macOS, ChromeOS Otimizado/certificado para Teams, Zoom, Google Meet Instalação plug-and-play (sem drivers) Garantia mínima 24 meses + assistência técnica autorizada nacional comprovada.			
10	Unid.	1	Máquina de café expresso automática profissional, nacional, nova, sem uso anterior, destinada ao preparo padronizado de bebidas quentes, com as especificações técnicas mínimas abaixo. Capacidade simultânea para 4 bebidas distintas: café expresso, cappuccino, chocolate quente e chá Painel de controle frontal touch ou botões com operação "one-touch" (um toque por bebida) Alimentação bivolt automático 127/220V, 50/60Hz Garantia mínima de 24 meses por assistência técnica autorizada. Deve acompanhar 2 pacotes de cada insumo utilizado no preparo de bebidas.			
Total Global:						

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item	Unid.	Qt	Descrição	Valor Unit.	Valor total	Marca/Modelo
1	Und.	08	<p>Computador desktop novo, sem uso anterior, com processador de arquitetura x64, com no mínimo 8 núcleos físicos e 16 threads, frequência base mínima de 4,2 GHz, cache total mínimo de 24 MB ou superior, com gráficos integrados, soquete compatível com a plataforma AM5 ou equivalente superior.</p> <p>Placa-mãe compatível com o processador ofertado, com suporte a memória DDR5 em dual channel, dois slots de memória ou mais, velocidade mínima JEDEC de 4800 MHz ou superior, ao menos 1 saída HDMI e 1 saída VGA ou superior/compatível, no mínimo 4 portas USB 5Gbps tipo A e 2 portas USB 2.0 ou superior, 1 slot M.2 PCIe 4.0 x4 para SSD formato 2280, no mínimo 4 portas SATA III 6Gb/s e interface de rede Ethernet Gigabit ou superior.</p> <p>Memória RAM de 32 GB, composta por 2 módulos de 16 GB DDR5, frequência mínima de 5600 MHz ou superior.</p> <p>Armazenamento SSD de 1 TB, formato M.2 2280, interface PCIe NVMe, com desempenho compatível com a categoria corporativa, aceitando-se modelo com leitura e gravação iguais ou superiores a 5000 MB/s e 3500 MB/s, respectivamente, ou desempenho superior.</p> <p>Fonte de alimentação mínima de 600 W, bivolt automática 100–240 V, com certificação mínima 80 Plus White ou superior, com conectores compatíveis com a configuração ofertada.</p> <p>Gabinete tipo mid tower, compatível com placa-mãe ATX ou micro-ATX, com no mínimo 1 porta USB 3.0 e 2 portas USB 2.0 frontais ou superiores, com ventilação adequada e espaço compatível com a configuração proposta.</p> <p>Licença perpétua original do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional, versão 64 bits, idioma Português (Brasil), (ou versão imediatamente superior disponível)</p> <p>Licença perpétua original do pacote Microsoft Office versão 2024 Professional Plus (ou versão imediatamente superior</p>			

			disponível), 64 bits preferencial, idioma Português (Brasil), deve incluir no mínimo os aplicativos Word, Excel, PowerPoint, Outlook, Access, Publisher e OneNote			
2	Und.	8	Monitor LED IPS ou tecnologia superior, cor preta, com ajuste de altura, inclinação e rotação/pivot, tamanho mínimo de 21,5 polegadas, resolução Full HD 1920 x 1080 a 60 Hz ou superior, brilho mínimo de 250 cd/m², contraste estático mínimo de 1000:1, tempo de resposta máximo de 5 ms, com pelo menos 1 entrada HDMI e 1 DisplayPort, admitindo-se também VGA quando disponível. Deve acompanhar cabo HDMI de no mínimo 2 metros.			
3	und.	8	Mouse sem fio, novo, sem uso anterior, com tecnologia óptica, resolução mínima ajustável de 4000 DPI ou superior, com no mínimo 3 botões, incluindo botão de rolagem central, formato ambidestro ou ergonômico para uso corporativo, conexão sem fio por Bluetooth e/ou receptor USB de 2,4 GHz, compatível com sistemas operacionais Windows, Linux e outros ambientes corporativos equivalentes. Deverá possuir operação silenciosa ou de baixo ruído nos cliques, autonomia de bateria compatível com uso contínuo em ambiente de escritório, indicador de energia e compatibilidade com computadores desktop e notebooks. O equipamento deve acompanhar pilhas ou bateria, quando aplicável, e todos os itens necessários ao seu pleno funcionamento.			
4	und.	1	Notebook novo, sem uso anterior, destinado ao uso corporativo e administrativo, com processador de arquitetura x64 de geração atual, com no mínimo 10 núcleos e 12 threads, frequência turbo mínima de 5,0 GHz ou superior, cache mínimo de 12 MB ou superior, com gráficos integrados. Deverá possuir memória RAM de no mínimo 16 GB DDR5, expansível ou soldada conforme projeto do fabricante, armazenamento SSD NVMe M.2 de no mínimo 512 GB, ou superior, tela de no mínimo 16 polegadas, tecnologia IPS ou equivalente superior, resolução mínima Full HD+ 1920 x 1200, antirreflexo, brilho mínimo de 300 nits e taxa de atualização de 60 Hz ou superior. O equipamento deverá conter, no mínimo, 1 porta HDMI, 1 porta USB-C com suporte a vídeo e fornecimento de energia, 2 portas USB-A ou superior, webcam integrada, microfones integrados, conectividade sem fio Wi-Fi 6 ou superior e Bluetooth, bateria integrada com autonomia compatível com uso corporativo, teclado ABNT2, e deverá ser acompanhado de carregador original compatível. Licença perpétua original do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional, versão 64 bits, idioma Português (Brasil), (ou versão imediatamente superior disponível) Licença perpétua original do pacote Microsoft Office versão 2024 Professional Plus (ou versão imediatamente superior disponível), 64 bits preferencial, idioma Português (Brasil), deve incluir no mínimo os aplicativos Word, Excel, PowerPoint, Outlook, Access, Publisher e OneNote			
5	Unid.	10	Licença de uso de antivírus de arquivos residente (anti-spyware, anti-trojan, anti-malware, anti-ransomware etc). <u>Compatível com Microsoft Windows 7, 32 e 64 bits, Microsoft Windows 10, 64 bits e Microsoft Windows 11, 64 bits. Prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses.</u> Que verifique qualquer arquivo criado, acessado ou modificado. Antivírus de Web (módulo para verificação de sites e downloads contra vírus). Deve possuir módulo IDS (Intrusion Detection System) para proteção contra port scans e exploração de vulnerabilidades de softwares. A base de dados de análise deve ser atualizada juntamente com as vacinas. Auto-proteção (contra ataques aos serviços/processos do antivírus). Controle de dispositivos externos. Controle de vulnerabilidades do Windows e dos aplicativos instalados. As vacinas devem ser atualizadas pelo fabricante e disponibilizadas aos usuários de forma automática. Capacidade de adicionar aplicativos a uma lista de "aplicativos confiáveis", onde as atividades de rede, atividades de disco e acesso ao registro do Windows			

			não serão monitoradas. Capacidade de pausar automaticamente varreduras agendadas caso outros aplicativos necessitem de mais recursos de memória ou processamento. O antivírus de arquivos, ao encontrar um objeto potencialmente perigoso, deve: perguntar o que fazer ou bloquear acesso ao objeto, apagar o objeto ou tentar desinfecção (de acordo com a configuração pré-estabelecida pelo administrador). Em caso positivo de desinfecção deve: Restaurar o objeto para uso. Em caso negativo de desinfecção: Mover para quarentena ou apagar (de acordo com a configuração pré-estabelecida pelo administrador), anteriormente a qualquer tentativa de desinfecção ou exclusão permanente, o antivírus deve realizar um backup do objeto. Capacidade de verificar tráfego SSL e HTTP nos browsers: Internet Explorer, Firefox e Chrome.			
6	Unid.	1	<p>Roteador Wi-Fi 6 Dual Band (2,4 GHz e 5 GHz), novo, sem uso anterior, com velocidade total combinada mínima de 5400 Mbps ou superior, suporte aos padrões IEEE 802.11ax/ac/n/a (5 GHz) e 802.11ax/n/b/g (2,4 GHz), com pelo menos 4 antenas externas fixas, tecnologias Beamforming, MU-MIMO, OFDMA, compatível com sistema Mesh.</p> <p>Processador com no mínimo 3 núcleos a 1,5 GHz ou superior. Portas: 1x WAN Gigabit, no mínimo 4x LAN Gigabit (com suporte a agregação de links), 1x USB 3.0. Deve suportar partições NTFS, exFAT, HFS+, FAT32, com funções de servidor FTP, Samba, Media Server e backup Time Machine.</p> <p>Recursos mínimos obrigatórios: redes de convidados separadas (2,4 GHz e 5 GHz), controle parental, QoS por dispositivo, VPN (OpenVPN/PPTP), IPv4/IPv6, UPnP, DMZ, encaminhamento de portas, SPI Firewall, WPA2/WPA3, modo roteador e access point, botões WPS/Reset/Wi-Fi.</p> <p>Alimentação bivolt 100-240V ou 12V 2,5A, com garantia mínima de 12 meses e manual de instruções em português.</p>			
7	Unid.	8	<p>Teclado Periférico Sem Fio Padrão Full-Size (100%). Layout padrão ABNT2 (Português Brasil), com presença obrigatória da tecla "Ç" e tecla "Enter" em formato de bota ou padrão normatizado. Bloco Numérico: Integrado na lateral direita (teclado numérico independente), contendo no mínimo 17 teclas, incluindo operadores matemáticos e tecla "Enter" dedicada. Tecnologia de membrana de alta durabilidade ou scissor-switch, com curso de acionamento suave, baixo ruído (silent click) e vida útil mínima de 10 milhões de acionamentos por tecla. Estrutura em material termoplástico de alta resistência (ABS ou superior); Pés retráteis para ajuste de inclinação/angulação; Caracteres gravados a laser ou com proteção UV para evitar o desgaste prematuro por fricção. Conexão via rádio frequência (RF) 2.4GHz através de nano receptor USB e/ou Bluetooth 5.0 ou superior. Alcance operacional mínimo de 10 metros. Teclas de atalho multimídia (volume, mute, reprodução) integradas ou via função (FN); Indicadores visuais (LED) para as funções Caps Lock, Num Lock e Scroll Lock (e status de bateria, se sem fio); Resistência a derramamento acidental de líquidos (canais de escoamento integrados). Suporte nativo para sistemas operacionais Windows 10/11. Garantia técnica mínima de 12 meses. O produto deve estar em conformidade com as normas vigentes de ergonomia (NR-17).</p> <p>Alimentação sem fio através de "Bateria interna recarregável" ou "Uso de pilhas alcalinas".</p>			
8	Unid.	1	<p>Impressora térmica para cartões PVC, nova, de primeiro uso, para personalização de crachás e cartões de identificação, com impressão direta no cartão por sublimação de tinta e/ou transferência térmica por resina, com capacidade de impressão em policromia e monocromia, em uma ou duas faces, com resolução mínima de 300 dpi, compatível com cartões padrão CR-80 ISO 7810 ID-1 e espessura compatível entre 0,25 mm e 1,00 mm, ou superior.</p> <p>Deve possuir alimentação automática com capacidade mínima para 100 cartões, saída com capacidade mínima para 100 cartões, interface USB e Ethernet, e recursos de calibração automática de fita. Deve acompanhar software</p>			

			<p>para criação e edição de cartões, drivers para sistemas operacionais Windows e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento.</p> <p>A impressora deverá permitir a personalização de cartões de PVC com qualidade de imagem compatível com modelos de mercado equivalentes ou superiores, com produtividade mínima aproximada de 140 cartões/hora em impressão frente e verso colorida, ou desempenho superior.</p>			
9	Unid.	1	<p>Kit de videoconferência wireless completo, novo, sem uso anterior, composto por câmera e viva-voz independentes, para reuniões corporativas e uso em órgãos públicos.</p> <p>CÂMERA: Resolução mínima 4K (3840x2160)@30fps ou 1080p@60fps Sensor mínimo 8MP com HDR e compensação de baixa luz Campo de visão diagonal mínimo 90° Zoom digital mínimo 5x em Full HD Autofocus e enquadramento automático por IA Conexão USB 3.0/USB-C plug-and-play</p> <p>VIVA-VOZ: Conexão Bluetooth 5.0+ ou dongle USB baixa latência Array de microfones omnidirecionais 360° Alcance mínimo 4 metros Cancelamento de eco (AEC), redução de ruído IA, Full-Duplex Autonomia mínima 12 horas, recarga <3h via USB-C</p> <p>COMPATIBILIDADE: Windows 10/11, macOS, ChromeOS Otimizado/certificado para Teams, Zoom, Google Meet Instalação plug-and-play (sem drivers) Garantia mínima 24 meses + assistência técnica autorizada nacional comprovada.</p>			
10	Unid.	1	<p>Máquina de café expresso automática profissional, nacional, nova, sem uso anterior, destinada ao preparo padronizado de bebidas quentes, com as especificações técnicas mínimas abaixo.</p> <p>Capacidade simultânea para 4 bebidas distintas: café expresso, cappuccino, chocolate quente e chá</p> <p>Painel de controle frontal touch ou botões com operação "one-touch" (um toque por bebida)</p> <p>Alimentação bivolt automático 127/220V, 50/60Hz</p> <p>Garantia mínima de 24 meses por assistência técnica autorizada.</p> <p>Deve acompanhar 2 pacotes de cada insumo utilizado no preparo de bebidas.</p>			
Total Global:						

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar, elaborado em conformidade com o disposto no art. 18, I c/c § 1º da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 2º a 5º do Decreto Municipal n.º 9.604/2023, que tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda descrita abaixo, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar e embasar eventual Termo de Referência.

Neste sentido, o presente documento expõe resultados dos estudos realizados e busca descrever a solução que atenderá à necessidade especificada, caracterizando a primeira etapa da fase de planejamento de eventual contratação que venha a se mostrar adequada e necessária, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV necessita adequar e manter atualizada sua infraestrutura tecnológica, bem como aprimorar as condições de atendimento aos segurados, pensionistas, demais usuários e agentes públicos que interagem com a autarquia. No âmbito tecnológico, a demanda decorre da vida útil limitada dos equipamentos atualmente em uso, da necessidade de substituição por obsolescência e falhas e da previsão de provimento de novos cargos efetivos em razão de concurso público, o que implicará ampliação da estrutura de trabalho e do parque tecnológico disponível. Assim, mostra-se indispensável a reposição e o incremento de computadores desktop, monitores, teclados, mouses, notebook corporativo, roteador Wi-Fi, licenças de antivírus e impressora para cartões PVC, de forma a assegurar a continuidade e a eficiência das atividades administrativas, do atendimento ao público e da gestão do regime próprio de previdência social.

Paralelamente, o Instituto realiza rotineiramente atendimentos presenciais a segurados e pensionistas, reuniões técnicas com servidores, conselheiros e representantes de outros órgãos públicos, contexto em que é usual a oferta de café e outras bebidas quentes como mecanismo de acolhimento, conforto e cordialidade. O preparo manual dessas bebidas, por meio de equipamentos domésticos, demanda maior tempo dos servidores, gera risco de desperdício de insumos e não assegura padronização de qualidade, o que demonstra a necessidade de adoção de solução mais eficiente e adequada

ao fluxo institucional. Nesse cenário, a contratação de equipamento nacional de preparo automático de bebidas à base de café solúvel, chocolate e chá visa melhorar as condições de atendimento e de trabalho, alinhando-se às boas práticas de gestão de pessoas na Administração Pública e ao interesse público de prestar um serviço mais humanizado, organizado e eficiente aos usuários do PATOPREV.

Diante desse conjunto de necessidades, a adoção do Sistema de Registro de Preços para a eventual aquisição dos equipamentos e suprimentos de informática, bem como da máquina de café expresso automática profissional, apresenta-se como medida apta a permitir que o Instituto responda tempestivamente às demandas de substituição, expansão e aprimoramento de suas condições materiais de trabalho e de atendimento, ao longo da vigência da ata, de acordo com a efetiva necessidade e disponibilidade orçamentária.

2 - ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Em atendimento ao disposto nos arts. 12 e 18 da Lei nº 14.133/2021, registra-se que os itens objeto deste Estudo Técnico Preliminar – equipamentos e suprimentos de informática, bem como máquina de café expresso automática profissional – não constam originalmente do Plano Anual de Contratações do Município/PATOPREV referente ao exercício em curso. Tal ausência decorre do fato de que as necessidades específicas, ora detalhadas nos Documentos de Formalização de Demanda, somente se tornaram plenamente evidentes após a elaboração do plano, a partir da constatação da obsolescência de parte relevante do parque tecnológico, da realização de concurso público com previsão de provimento de novos cargos efetivos e da necessidade de aprimorar as condições de atendimento e acolhimento aos segurados, pensionistas e demais usuários, circunstâncias estas que não se encontravam integralmente consolidadas à época do levantamento para o PCA.

Cumprе salientar, ainda, que, dentre os itens abrangidos pelo presente ETP, apenas a previsão de contratação de licença de antivírus corporativo para todos os equipamentos do PATOPREV foi contemplada, de forma genérica, no Plano Anual de Contratações, com visão estimada de valor na ordem de R\$ 2.000,00, a título de manutenção da segurança da informação institucional. Os demais bens – computadores desktop, monitores, teclados, mouses, notebook corporativo, roteador Wi-Fi, impressora térmica para cartões PVC, kit de videoconferência e máquina de café expresso automática – configuram necessidade superveniente ou melhor detalhada a partir da evolução do cenário fático e tecnológico do Instituto, razão pela qual sua inclusão extemporânea no planejamento e a consequente instrução desta contratação mostram-se justificadas, em conformidade com a própria

natureza do Plano Anual de Contratações, que, segundo a doutrina e regulamentações correlatas, pode ser ajustado diante de demandas não previsíveis ou não integralmente delineadas no momento de sua elaboração, desde que haja motivação específica registrada nos autos.

3 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado realizado demonstrou que, para os equipamentos de informática pretendidos – computadores desktop, monitores, teclados, mouses, notebook corporativo, roteador Wi-Fi, licenças de antivírus, impressora térmica para cartões PVC e kit de videoconferência –, há ampla oferta de fornecedores que atuam tanto na venda quanto na locação desses bens, inclusive com linhas voltadas especificamente à Administração Pública, oferecendo infraestrutura de TI completa em regime de venda ou de aluguel de desktops, servidores, periféricos e demais componentes necessários ao funcionamento da rede. No que se refere à máquina de café expresso automática profissional, o mercado também apresenta soluções variadas, seja por meio da venda de equipamentos nacionais automatizados de preparo de bebidas quentes, seja por meio de contratos de locação de máquinas com manutenção inclusa e, em alguns casos, fornecimento associado de insumos, o que confirma a existência de diferentes modelos contratuais possíveis para suprir a necessidade de acolhimento e conforto no atendimento aos segurados e demais usuários do PATOPREV.

Uma primeira alternativa analisada para os equipamentos de informática consiste na aquisição direta, em compra única, de todo o quantitativo estimado, por meio de processo licitatório tradicional sem utilização de Sistema de Registro de Preços. Nessa hipótese, haveria um desembolso concentrado de recursos em um único momento, com a incorporação imediata de todos os bens ao patrimônio, o que poderia facilitar o planejamento contábil, mas reduziria a flexibilidade para ajustar as aquisições à efetiva evolução das necessidades, notadamente porque a demanda do PATOPREV envolve reposições por obsolescência, falhas e ampliação gradual da força de trabalho ao longo do tempo. Do ponto de vista econômico, a compra única pode ser vantajosa quando há certeza quanto ao uso integral e imediato dos equipamentos e quando o volume é suficientemente grande para gerar forte ganho de escala, o que não é exatamente o caso, pois se trabalha com quantitativos moderados e com cenário de substituições e expansões progressivas, em que o risco de se adquirir bens além do necessário ou em momento inadequado é relevante.

Em contraposição à compra direta, o mercado oferece a locação de equipamentos de informática para órgãos públicos, modelo em que a Administração paga um valor periódico pelo uso dos bens, normalmente com serviços de manutenção, suporte técnico e,

em alguns casos, atualização tecnológica inclusos ao longo do contrato. Entre as vantagens da locação, destacam-se o menor investimento inicial, a previsibilidade orçamentária decorrente de pagamentos mensais ou periódicos e a transferência, ao locador, dos riscos relacionados à obsolescência e à necessidade de manutenção, o que pode ser atrativo em ambientes com forte rotatividade tecnológica. Por outro lado, a experiência de órgãos de controle evidencia que, quando a Administração não demonstra, em estudo prévio, a vantajosidade da locação em comparação com a compra, corre o risco de assumir custos totais superiores ao longo do tempo, como verificado em casos em que o tribunal de contas apontou que a aquisição dos equipamentos teria sido mais econômica do que a locação, gerando prejuízo ao erário. No contexto específico do PATOPREV, considerando-se o porte do Instituto, o número relativamente reduzido de estações de trabalho e a possibilidade de utilização dos equipamentos por sua vida útil econômica, bem mantidos internamente ou com contratos pontuais de assistência técnica, a locação não se revela mais vantajosa do que a aquisição, pois tenderia a gerar custo acumulado superior e dependência contratual prolongada, sem benefício proporcional em termos de disponibilidade ou atualização de hardware.

Quanto à máquina de café expresso automática, também se avaliaram as alternativas de compra e de locação, ambas amplamente disponibilizadas no mercado. A locação de máquinas de café é usual em empresas e órgãos que buscam reduzir o desembolso inicial, contratar conjuntamente manutenção preventiva e corretiva e, por vezes, incluir o fornecimento de insumos, o que traz comodidade e reduz a necessidade de gerenciamento interno, sendo frequentemente divulgada como opção com baixo investimento inicial, manutenção incluída e possibilidade de troca por modelos mais modernos ao longo do contrato. Contudo, essa conveniência vem acompanhada de custos recorrentes que, somados ao longo de anos, podem superar com folga o valor de aquisição do equipamento, especialmente em contextos de uso contínuo e previsível, como é o caso do PATOPREV, em que há atendimento rotineiro de segurados, pensionistas e realização de reuniões, com consumo uniforme de bebidas quentes. A compra da máquina, por sua vez, exige investimento inicial maior, mas confere ao Instituto autonomia na escolha dos insumos, liberdade para contratar manutenção de forma pontual ou mediante contratos específicos e possibilidade de utilização do equipamento durante toda sua vida útil, propiciando, em regra, melhor relação custo- benefício no médio e longo prazo quando comparada à locação contínua.

À luz dessas alternativas, a solução que melhor concilia adequação técnica e vantajosidade econômica para o PATOPREV é a aquisição dos bens, e não sua locação, estruturada, porém, por meio de licitação com adoção do Sistema de Registro de Preços

para os itens de informática e para a máquina de café expresso automática profissional. O registro de preços permite que a Administração se beneficie da competição para obtenção de valores unitários vantajosos e, ao mesmo tempo, realize as aquisições de forma gradativa e sob demanda, em quantidades ajustadas à necessidade efetiva e à disponibilidade orçamentária, sem a obrigatoriedade de contratar de imediato a totalidade do quantitativo máximo registrado. Essa modelagem é coerente com as diretrizes da Lei 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, que exigem que o Estudo Técnico Preliminar analise alternativas de solução e privilegie a consecução dos objetivos da contratação – no caso, manutenção e modernização da infraestrutura tecnológica, melhoria das condições de atendimento e uso eficiente dos recursos públicos – em detrimento de modelos que apenas reproduzam formalmente opções de mercado sem avaliar sua vantajosidade concreta. Dessa forma, restam tecnicamente demonstradas as alternativas existentes e, após análise de suas vantagens e desvantagens, justifica-se que a opção pela aquisição, via registro de preços dos itens, é a mais adequada para atender de forma eficiente, econômica e flexível às necessidades institucionais do PATOPREV.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da presente contratação decorrem das necessidades funcionais identificadas pelo PATOPREV e visam garantir que os bens a serem adquiridos, por meio de registro de preços, atendam de forma adequada, segura e eficiente às atividades institucionais. No que se refere aos equipamentos e suprimentos de informática, exige-se que os computadores desktop a serem fornecidos sejam completos, aptos ao uso imediato nas rotinas administrativas, com hardware compatível com as aplicações corporativas utilizadas pelo Instituto e acompanhados das devidas licenças de sistema operacional e de pacote de escritório, em versão atualizada e legítima, de modo a assegurar conformidade com as normas de propriedade intelectual e desempenho adequado para o processamento de informações previdenciárias. Os monitores deverão possuir, no mínimo, 21,5 polegadas ou dimensão superior, com tecnologia que proporcione conforto visual aos servidores em jornadas prolongadas de trabalho; os teclados e mouses, preferencialmente sem fio, deverão apresentar ergonomia e padrão ABNT2, garantindo usabilidade e compatibilidade com a realidade de uso dos postos de trabalho existentes. O notebook corporativo deverá possuir configuração compatível com atividades de maior mobilidade, mantendo o padrão de segurança e desempenho exigido pela autarquia. As licenças de antivírus deverão ser corporativas, com capacidade de gerenciamento centralizado, atualização automática e proteção adequada contra ameaças cibernéticas, resguardando os dados sensíveis sob guarda do PATOPREV. A impressora térmica para cartões PVC deverá ser compatível com a

emissão de cartões funcionais e/ou de identificação necessários às rotinas do Instituto, enquanto o roteador Wi-Fi 6 dual band e o kit de videoconferência wireless deverão assegurar conectividade estável e qualidade adequada para reuniões remotas, atendimentos e demais interações institucionais.

Em relação à máquina de café expresso automática profissional, a contratação deverá observar, como requisito mínimo, que o equipamento seja de fabricação nacional, dotado de sistema de preparo automático de bebidas por meio de painel frontal, com acionamento por apenas um toque para cada opção disponível, e capacidade de preparo de, ao menos, quatro tipos de bebidas quentes, incluindo café expresso, chá, chocolate e cappuccino, em atendimento à demanda cotidiana de servidores, segurados e demais usuários. O equipamento deverá ser robusto, adequado a ambiente de uso intenso típico de órgãos públicos, com facilidade de higienização, sistemas de segurança que evitem acionamento acidental e possibilidade de ajuste de dosagens, temperatura e volume, de modo a permitir padronização de qualidade e racionalização do consumo de insumos. Exige-se, ainda, que os fornecedores, tanto de informática quanto da máquina de café, ofereçam assistência técnica autorizada ou rede de atendimento compatível com o município de Pato Branco e redondezas, prazos de garantia compatíveis com a vida útil esperada dos bens e condições de entrega, instalação, configuração e teste em plena operação nas dependências do PATOPREV, de forma a assegurar que os equipamentos sejam integrados ao ambiente tecnológico e de atendimento sem ônus adicional para o Instituto.

No âmbito procedimental, a contratação deverá ser estruturada sob a forma de Sistema de Registro de Preços, com ata contendo especificações técnicas claras para cada item, prazos de entrega compatíveis com a necessidade de reposição e ampliação gradativa do parque tecnológico e das condições de atendimento, bem como possibilidade de aquisição parcelada, ao longo da vigência da ata, conforme a efetiva necessidade e a disponibilidade orçamentária do Instituto. Os requisitos aqui delineados deverão ser refletidos no termo de referência e no edital, de modo a preservar a isonomia entre os licitantes, evitar especificações excessivamente restritivas ou direcionadas e, ao mesmo tempo, assegurar o atendimento integral das demandas identificadas nos Documentos de Formalização da Demanda, em especial a manutenção da infraestrutura tecnológica, a ampliação da capacidade de trabalho e a melhoria das condições de acolhimento aos usuários do regime próprio de previdência social.

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta neste Estudo Técnico Preliminar consiste na contratação, por meio de Sistema de Registro de Preços, de conjunto articulado de equipamentos de informática e de uma máquina de café expresso automática profissional, com vistas à manutenção, modernização e ampliação da infraestrutura tecnológica do PATOPREV e à melhoria das condições de atendimento e acolhimento aos segurados, pensionistas e demais usuários. A ata de registro de preços contemplará itens individualizados – computadores desktop, monitores, teclados, mouses, notebook corporativo, roteador Wi-Fi, licenças de antivírus, impressora para cartões PVC, kit de videoconferência wireless e máquina de café automática – permitindo que o Instituto realize as contratações de forma gradativa, sob demanda, de acordo com a efetiva necessidade e com a disponibilidade orçamentária, conforme delineado nos Documentos de Formalização da Demanda e no despacho que consolidou quantitativos e itens.

No âmbito dos equipamentos de informática, a solução envolve o fornecimento de estações de trabalho completas e de periféricos, com as seguintes diretrizes gerais:

- computadores desktop completos, com licenças originais de sistema operacional e de pacote de escritório, aptos ao uso imediato nas rotinas administrativas do PATOPREV;
- monitores de, no mínimo, 21,5 polegadas ou superior, com qualidade de imagem adequada ao trabalho prolongado;
- teclados e mouses, preferencialmente sem fio e em padrão ABNT2, garantindo ergonomia e compatibilidade;
- notebook corporativo com desempenho compatível com atividades internas e externas, mantendo padrões de segurança da informação;
- licenças de antivírus corporativo, com gestão centralizada e atualizações automáticas;
- impressora térmica para cartões PVC, roteador Wi-Fi 6 dual band e kit de videoconferência wireless, compondo a infraestrutura necessária para identificação, conectividade e reuniões remotas.

A solução pressupõe que os fornecedores vencedores sejam responsáveis pela entrega, instalação física e lógica, configuração inicial dos equipamentos e integração ao ambiente tecnológico já existente no Instituto, incluindo, quando aplicável, a ativação de licenças de software, a configuração de rede e o teste de funcionamento. Busca-se, com isso, que os bens sejam disponibilizados em plena condição de uso, sem ônus técnico adicional ao corpo interno de servidores, resguardando a continuidade e a eficiência dos serviços previdenciários prestados.

Quanto à máquina de café expresso automática profissional, a solução definida consiste na aquisição de equipamento nacional de preparo automático de bebidas quentes, capaz de produzir, no mínimo, café expresso, chá, chocolate e cappuccino, mediante painel

frontal com acionamento por um toque para cada opção. Esse equipamento será destinado às áreas de atendimento e de reuniões, proporcionando ambiente de acolhimento, conforto e cordialidade, em consonância com a rotina de atendimentos e encontros técnicos realizados pelo PATOPREV, conforme descrito no DFD específico. O objetivo é substituir o preparo manual com equipamentos domésticos, que consome tempo de servidores, gera risco de desperdício de insumos e não assegura padronização de qualidade, por uma solução automatizada, eficiente e adequada ao fluxo institucional.

Do ponto de vista da manutenção e da assistência técnica, a solução como um todo exige que os fornecedores assegurem, para todos os itens, garantia mínima de bom funcionamento, com cobertura para defeitos de fabricação e falhas de hardware e software dentro de prazo compatível com a vida útil esperada dos equipamentos. Para os bens de informática, a assistência técnica deverá contemplar, no mínimo, suporte para diagnóstico de falhas, reparos e substituição de peças ou unidades defeituosas, podendo ser realizada por meio de assistência autorizada ou rede credenciada em Pato Branco ou região, de forma a garantir atendimento tempestivo sem comprometer a continuidade das atividades do Instituto.

De modo semelhante, para a máquina de café expresso automática, a solução requer que o fornecedor disponibilize assistência técnica adequada ao uso intenso em ambiente institucional, incluindo manutenção preventiva (limpeza interna, ajustes e calibrações necessárias ao correto funcionamento) e manutenção corretiva, com substituição de componentes eventualmente desgastados ou defeituosos. Deverá ser exigida, ainda, a disponibilização de orientações claras sobre procedimentos de limpeza diária, periodicidade de manutenção, cuidados com a qualidade da água e dos insumos, e eventuais insumos específicos exigidos para a preservação da garantia, a fim de assegurar durabilidade e segurança no uso contínuo do equipamento.

A solução contempla, também, a necessidade de que o edital e o termo de referência estabeleçam parâmetros mínimos relativos a prazos de atendimento técnico após a abertura de chamados, canais de comunicação com o suporte (telefone, e-mail ou sistema eletrônico), bem como, quando cabível, fornecimento de equipamento substituto ou solução alternativa em caso de imobilização prolongada de bens essenciais à continuidade dos serviços. No caso dos equipamentos de informática que suportam a operação diária do PATOPREV e da máquina de café utilizada em ambiente de atendimento, períodos excessivos de indisponibilidade seriam incompatíveis com o interesse público, motivo pelo qual a modelagem da contratação deve incentivar a rápida recomposição da capacidade operacional.

Sob essa perspectiva, a descrição da solução evidencia que o registro de preços, além de permitir a contratação gradativa dos itens, assegura a contratação de fornecedores comprometidos não apenas com o fornecimento dos bens, mas também com a prestação de suporte técnico adequado, de modo a garantir a integridade, a disponibilidade e o desempenho dos equipamentos ao longo de sua vida útil. A ata de registro de preços, devidamente instruída com especificações técnicas claras e exigências mínimas de manutenção e assistência, permitirá ao PATOPREV realizar aquisições sob demanda com segurança jurídica, previsibilidade e alinhamento às necessidades institucionais descritas nos Documentos de Formalização da Demanda.

6 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades para esta contratação foi elaborada em consonância com o disposto no art. 18, §1º, inciso IV, da Lei 14.133/2021, que exige a apresentação das quantidades acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, considerando interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala. Para o PATOPREV, partiu-se dos Documentos de Formalização da Demanda e do despacho do Diretor- Presidente que consolidou os itens e quantitativos considerados necessários para manutenção e ampliação da infraestrutura tecnológica e para melhoria das condições de atendimento, servindo tais documentos como base objetiva para a definição dos quantitativos máximos a serem registrados em ata de registro de preços.

No que se refere aos equipamentos de informática, a memória de cálculo considerou, em primeiro lugar, o número atual de postos de trabalho que demandam estações de informática em funcionamento, somado à previsão de provimento de dois novos cargos efetivos em decorrência de concurso público, o que implicará ampliação da estrutura de trabalho do Instituto. A partir dessa análise, estimou-se a necessidade de oito computadores desktop completos (sem monitor, mas com licenças de sistema operacional e pacote Office), oito monitores LED de 21,5 polegadas ou superior, oito mouses sem fio e oito teclados sem fio padrão ABNT2, correspondentes aos postos de trabalho existentes que demandam renovação ou reforço da capacidade de processamento, já contemplando a expansão projetada. A quantidade de uma unidade de notebook corporativo foi estimada para atender demandas de mobilidade, representadas por atividades externas, reuniões e situações em que se mostre necessário acesso seguro aos sistemas fora da estação fixa de trabalho, sem que o PATOPREV precise recorrer a equipamentos pessoais de servidores.

Para os itens relacionados à segurança da informação e à conectividade, a memória de cálculo partiu da quantidade de estações e da necessidade de cobertura integral do

ambiente de rede. Assim, estimaram-se dez licenças de antivírus corporativo, número ligeiramente superior ao de computadores previstos, de modo a contemplar margem mínima para inclusão de eventual equipamento adicional ou substituição, sem necessidade de nova contratação específica. A estimativa de uma unidade de roteador Wi-Fi 6 dual band decorre da necessidade de modernizar e estabilizar a rede sem fio institucional, garantindo desempenho adequado às novas estações e ao uso de recursos como videoconferências e acesso simultâneo por servidores e colaboradores. Já a previsão de uma impressora térmica para cartões PVC vincula-se à demanda institucional por emissão de cartões de identificação e/ou funcionais, sendo suficiente, em termos de quantidade, uma unidade centralizada, dado o porte do Instituto. Por fim, estimou-se um kit de videoconferência wireless completo, em quantidade unitária, adequado à realidade de reuniões técnicas, encontros com outros órgãos e atendimentos remotos, por se tratar de recurso de uso compartilhado em sala de reuniões.

No tocante à máquina de café expresso automática profissional, a quantidade estimada foi de uma unidade, com fundamento no perfil de uso identificado no Documento de Formalização da Demanda específico: o PATOPREV realiza atendimentos rotineiros a segurados, pensionistas e demais usuários, além de reuniões técnicas com servidores, conselheiros e representantes de outros órgãos, sendo usual a oferta de café e outras bebidas quentes em ambiente centralizado. Considerou-se que uma máquina, instalada em local estratégico nas dependências do Instituto, é suficiente para atender ao fluxo de pessoas, sem prejuízo da qualidade e da agilidade na oferta das bebidas, especialmente porque se trata de equipamento nacional automatizado, com previsão de preparo de quatro tipos de bebidas quentes. A adoção de uma unidade única permite concentrar a manutenção, a reposição de insumos e o controle de uso, mantendo a economicidade e a racionalidade na gestão do equipamento.

Em termos de interdependências e economia de escala, a definição dos quantitativos observou, de um lado, o histórico de necessidade de substituição e expansão do parque tecnológico, a perspectiva de aumento da força de trabalho e o perfil de uso da máquina de café; de outro lado, buscou-se evitar tanto a subestimativa quanto a superestimativa de quantidades, que poderiam levar, respectivamente, à necessidade de novas contratações fragmentadas ou à ociosidade de bens adquiridos em excesso. A consolidação de todos esses itens em um único processo, sob a forma de registro de preços, permite que o PATOPREV concentre sua demanda anual de equipamentos de informática e da máquina de café em uma contratação de maior envergadura, o que potencializa a obtenção de preços unitários mais vantajosos em razão da economia de escala, conforme orientação do

Tribunal de Contas da União e da doutrina especializada, que destacam que quantidades maiores, corretamente estimadas, tendem a permitir valores unitários inferiores na disputa.

Ainda sob a perspectiva das interdependências, considerou-se que os itens de informática ora estimados dialogam com outras contratações planejadas ou já existentes, como eventuais serviços de manutenção de equipamentos, de suporte de TI e de fornecimento de insumos (cartuchos, toners, mídias, insumos para a máquina de café), de modo que a correta definição dos quantitativos evita dispersão de esforços e fracionamento de demandas correlatas. A escolha por concentrar, em um único registro de preços, a aquisição de equipamentos de informática e de máquina de café, todos relacionados à infraestrutura de trabalho e de atendimento, permite a Administração planejar melhor seu consumo anual, aproveitar o poder de compra em uma contratação centralizada e, ao mesmo tempo, manter a flexibilidade de adquirir os itens de forma parcelada ao longo da vigência da ata, na medida em que as necessidades efetivamente se manifestarem, em estrita consonância com os princípios da economicidade, da eficiência e do planejamento que regem a Lei 14.133/2021.

Item	Qtd.
1. Computador Desktop (AM5/DDR5 32GB/1T SSD/Win11)	8 und.
2. Monitor LED IPS 21,5" Full HD	8 und.
3. Mouse sem fio 4000 DPI	8 und.
4. Notebook 16" 16GB DDR5/Win11	1 und.
5. Licença Antivírus 36 meses	10 und.
6. Roteador Wi-Fi 6 (5400 Mbps)	1 und.
7. Teclado sem fio ABNT2	8 und.
8. Impressora Térmica PVC	1 und.
9. Kit Videoconferência 4K	1 und.
10. Máquina Café Expresso Automática	1 und.

7 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando a natureza dos itens constantes do Documento de Formalização da Demanda, optou-se por privilegiar, como fonte principal, os preços efetivamente praticados em contratações públicas similares, materializados em atas de registro de preços e contratos firmados por outros órgãos e entidades públicas, todos com objeto compatível ou equivalente tecnicamente ao pretendido.

Essa opção metodológica se mostra mais aderente ao interesse público porque retrata preços finais adjudicados e contratados, e não apenas valores estimativos constantes de editais ou estudos preliminares, reduzindo o risco de superestimação do orçamento da contratação.

A escolha por atas e contratos de outros órgãos públicos também atende ao parâmetro previsto no art. 4º, inciso II, do Decreto Municipal nº 9.540/2023, que prioriza preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização correspondente.

Além disso, a Lei nº 14.133/2021 estabelece como objetivo do processo licitatório evitar contratações com sobrepreço e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, o que reforça a utilização de referências públicas efetivamente contratadas como base mais segura para a formação do preço estimado.

De forma complementar, foram agregadas referências obtidas em mídia especializada e em sítios eletrônicos de domínio amplo ou especializados, em consonância com o art. 4º, inciso III, do Decreto Municipal nº 9.540/2023.

Essas fontes foram utilizadas para ampliar a base comparativa da pesquisa, especialmente em itens de tecnologia com rápida variação de preço e diversidade de marcas e modelos, servindo como elemento adicional de validação da aderência dos preços públicos encontrados ao comportamento contemporâneo do mercado privado.

Item	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
1. Computador Desktop (AM5/DDR5 32GB/1T SSD/Win11)	8 und.	R\$ 5.557,14	R\$ 44.457,12
2. Monitor LED IPS 21,5" Full HD	8 und.	R\$ 1.361,42	R\$ 10.891,36
3. Mouse sem fio 4000 DPI	8 und.	R\$ 61,00	R\$ 488,00

Item	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
4. Notebook 16" 16GB DDR5/Win11	1 und.	R\$ 3.613,57	R\$ 3.613,57
5. Licença Antivírus 36 meses	10 und.	R\$ 181,00	R\$ 1.181,00
6. Roteador Wi-Fi 6 (5400 Mbps)	1 und.	R\$ 656,66	R\$ 656,66
7. Teclado sem fio ABNT2	8 und.	R\$ 141,25	R\$ 1.130,00
8. Impressora Térmica PVC	1 und.	R\$ 8.785,71	R\$ 8.785,71
9. Kit Videoconferência 4K	1 und.	R\$ 5.628,57	R\$ 5.628,57
10. Máquina Café Espresso Automática	1 und.	R\$ 4.445,00	R\$ 4.445,00
Total Global Estimado:		R\$ 81.276,99 (oitenta e um mil, duzentos e setenta e seis reais e noventa e nove centavos)	

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação observa o princípio do parcelamento, previsto no artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133/2021, devendo o objeto ser dividido em itens sempre que tal divisibilidade se mostrar tecnicamente viável e economicamente vantajosa, com o objetivo de ampliar a competitividade e propiciar a participação de maior número de licitantes.

De acordo com o art. 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133/2021:

"Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

[...]

V - atendimento aos princípios:

[...]

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;"

A Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU) estabelece de forma clara:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o

conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

No caso concreto, a solução tecnicamente mais adequada e juridicamente alinhada à jurisprudência do TCU e do TCE- PR consiste em realizar a contratação sob a forma de registro de preços, com parcelamento do objeto em itens dentro de uma única licitação. A opção por essa modelagem está devidamente justificada quanto à divisibilidade do objeto, à ampliação da competitividade e à manutenção da economia de escala em um processo centralizado, atendendo às exigências de planejamento, motivação e busca da proposta mais vantajosa estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021 e pelos órgãos de controle externo.

9 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Ao registrar previamente preços e condições para quantidades estimadas de bens que serão adquiridos sob demanda, o Instituto evita a realização de múltiplas licitações fragmentadas ao longo do período, cada qual com custos próprios de processamento (elaboração de peças, publicações, análise de propostas, recursos, formalização contratual), o que está em sintonia com a finalidade da Lei 14.133/2021 de promover contratações planejadas, eficientes e compatíveis com os valores de mercado, observada a potencial economia de escala nas quantidades a serem contratadas.

Do ponto de vista estritamente financeiro, o uso do Sistema de Registro de Preços para bens de demanda previsível, mas de consumo parcelado, permite conjugar duas dimensões de economicidade: por um lado, a Administração se beneficia do poder de compra decorrente da consolidação da demanda em um único certame, com disputa competitiva sobre quantidades máximas estimadas; por outro, preserva a possibilidade de contratar apenas o que for efetivamente necessário ao longo da vigência da ata, sem obrigatoriedade de aquisição da totalidade registrada, o que mitiga o risco de formação de estoques ociosos ou de imobilização desnecessária de recursos. Essa lógica é destacada pela doutrina e pela jurisprudência ao evidenciar que o Sistema de Registro de Preços, quando corretamente planejado, contribui para racionalizar, simplificar e tornar mais econômica a gestão das compras públicas, evitando a multiplicidade de licitações e os custos administrativos associados a cada procedimento isolado.

Em relação aos recursos materiais, o registro de preços dos equipamentos de informática permitirá ao PATOPREV promover a renovação graduada do parque tecnológico,

substituindo máquinas obsoletas ou defeituosas apenas quando necessário e ampliando a infraestrutura de forma coerente com o efetivo crescimento da força de trabalho, em vez de realizar uma grande aquisição concentrada ou depender de contratações emergenciais. O Documento de Formalização da Demanda aponta que a necessidade decorre da vida útil limitada dos equipamentos atualmente em uso e da previsão de provimento de novos cargos efetivos, de modo que o registro de preços funcionará como instrumento para assegurar que a reposição e a expansão ocorram no tempo adequado, com especificações atualizadas e preços alinhados ao mercado, evitando tanto a subutilização de bens quanto a manutenção prolongada de equipamentos ineficientes.

No tocante à máquina de café expresso automática, o resultado pretendido em termos de economicidade e melhor aproveitamento de recursos materiais relaciona-se à substituição de equipamentos domésticos e improvisos que exigem maior intervenção humana, geram desperdício de insumos e não asseguram padrão de qualidade. A aquisição, via registro de preços, de um equipamento nacional automatizado, dimensionado para o fluxo de atendimentos e reuniões do PATOPREV, visa reduzir perdas de insumos, padronizar o consumo e concentrar a manutenção em um único bem, com vida útil compatível com o uso institucional, o que, no médio prazo, tende a ser mais econômico do que manter diversos aparelhos domésticos de menor durabilidade.

Quanto aos recursos humanos, o ETP busca demonstrar que a solução proposta contribui diretamente para liberar servidores de atividades de baixo valor agregado, permitindo que concentrem esforços em suas atribuições finalísticas. No caso da máquina de café, o Documento de Formalização da Demanda registra que o preparo manual de bebidas, com equipamentos domésticos, exige maior tempo de servidores, gera risco de desperdício e não garante padronização de qualidade, o que evidencia o desvio de energia de atividades centrais para tarefas acessórias. Com a adoção de equipamento automático, a preparação das bebidas passa a exigir intervenção mínima, reduzindo significativamente o tempo despendido com ações repetitivas e permitindo que os servidores se dediquem mais ao atendimento previdenciário, à análise de processos e às atividades de gestão, em linha com o princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição e reforçado pela Lei 14.133/2021.

De forma semelhante, a modernização da infraestrutura de informática – com computadores adequados, rede estável, antivírus corporativo e kit de videoconferência – repercute diretamente sobre o aproveitamento da força de trabalho, na medida em que reduz paradas por falhas de equipamento, lentidão excessiva, dificuldades de conexão e improvisos tecnológicos que consomem tempo e energia da equipe. Ao melhorar a disponibilidade e o desempenho das estações de trabalho e das ferramentas de

comunicação, a contratação contribui para aumentar a produtividade, reduzir retrabalho e minimizar o tempo ocioso decorrente de problemas técnicos, o que se traduz em melhor uso dos recursos humanos sem necessariamente ampliar o quadro de pessoal.

Em síntese, os resultados pretendidos com a adoção do registro de preços para os itens em questão podem ser assim sintetizados: redução de custos administrativos com licitações repetidas; obtenção de preços unitários competitivos em razão da consolidação da demanda e da disputa eletrônica; eliminação ou redução de contratações emergenciais motivadas por falhas em equipamentos obsoletos; prevenção de estoques ociosos pela possibilidade de aquisição sob demanda; liberação de servidores de tarefas acessórias (como preparo manual de bebidas e resolução constante de problemas de equipamentos inadequados); e melhoria da produtividade institucional por meio de infraestrutura tecnológica e de atendimento mais estável e eficiente. Tais resultados se alinham às diretrizes de planejamento, economicidade e eficiência que norteiam a nova Lei de Licitações e a jurisprudência dos tribunais de contas sobre o adequado manejo do Sistema de Registro de Preços, configurando a solução proposta como a mais apta a assegurar o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros colocados à disposição do PATOPREV.

10 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

A Administração deve garantir que todos os elementos materiais e organizacionais indispensáveis à execução da ata estejam disponíveis ou devidamente planejados antes da emissão da primeira ordem de fornecimento. Isso envolve, por exemplo, a verificação da infraestrutura elétrica e lógica para instalação dos equipamentos de informática (pontos de energia, rede de dados, espaço físico para estações de trabalho e impressora de cartões PVC), bem como a definição do local adequado para instalação da máquina de café, observando condições de segurança, higiene e acesso para usuários. É necessário, ainda, que sejam adotadas providências internas quanto à previsão orçamentária e financeira, com a devida reserva de dotação compatível com as aquisições estimadas, em consonância com o planejamento anual de contratações, evitando atrasos ou frustrações na execução por ausência de recursos.

Por fim, a Administração deve assegurar suporte jurídico e de controle interno ao gestor e aos fiscais, inclusive com orientação sobre procedimentos de glosa, recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, alteração e prorrogação, e manter registro e publicidade dos atos no processo e no PNCP, garantindo integridade documental, tempestividade dos registros e transparência; a recomendação é que essas providências estejam documentadas no processo como condição para a assinatura, fortalecendo a execução preventiva, rotineira

e sistemática da gestão e fiscalização contratual, conforme boas práticas consolidadas em manuais e cadernos operacionais de órgãos públicos.

11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação de serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. Contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas combinadas ao objeto principal para sua completa prestação.

No caso em apreço, não se vislumbram contratações correlatas e/ou interdependentes para a solução ser contratada e o serviço ser plenamente prestado.

12 - IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação pretendida, embora voltada a bens duráveis de uso institucional, envolve potenciais impactos ambientais decorrentes da fabricação, do consumo de energia elétrica ao longo da vida útil e, sobretudo, do descarte de equipamentos eletroeletrônicos ao fim de seu ciclo de utilização. Computadores, monitores, impressoras, roteadores, kits de videoconferência e máquinas de café automáticas são típicos exemplos de equipamentos que, quando descartados de forma inadequada, podem liberar metais pesados e substâncias tóxicas, com risco de contaminação do solo e da água, além de impactos à saúde humana e à fauna, razão pela qual o e- lixo é objeto de preocupação crescente em estudos técnicos e políticas públicas.

Com vistas a mitigar tais impactos, a contratação deverá privilegiar, sempre que possível, equipamentos com maior eficiência energética, em consonância com o conceito de eficiência energética adotado no Programa Brasileiro de Etiquetagem e nos selos Procel e Inmetro, que identificam produtos capazes de desempenhar suas funções com menor consumo de energia, reduzindo, ao longo do tempo, tanto a conta de luz quanto as emissões associadas à geração de energia elétrica. No termo de referência, recomenda-se estabelecer requisitos mínimos de desempenho energético, como a exigência de que monitores, computadores e demais eletroeletrônicos possuam classificação de eficiência igual ou equivalente às melhores faixas disponíveis em sua categoria (por exemplo, classes superiores nas etiquetas Inmetro/Procel, quando aplicável), bem como modos de operação com baixo consumo em stand- by e recursos de gerenciamento de energia que permitam o desligamento automático após períodos de inatividade.

Em relação à máquina de café expresso automática profissional, também é recomendável que o edital preveja características que favoreçam o uso racional de energia

e de água, tais como sistemas de aquecimento com isolamento térmico eficiente, funções de economia de energia em períodos de ociosidade e possibilidade de ajuste de dosagens para evitar desperdícios. A adoção de equipamento nacional com boa eficiência energética contribui para reduzir o consumo contínuo de energia decorrente do uso diário em ambiente institucional, em alinhamento com a Política Nacional de Conservação de Energia Elétrica e com as boas práticas de sustentabilidade nas contratações públicas.

No tocante à destinação final dos bens adquiridos, a contratação deverá observar as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e do Decreto nº 10.240/2020, que regulamenta a logística reversa obrigatória de produtos eletroeletrônicos de uso doméstico e seus componentes, determinando que fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes estruturam sistemas de retorno dos produtos ao fim da vida útil. Assim, o edital e o futuro contrato deverão prever cláusulas específicas que obriguem os fornecedores, no âmbito de suas responsabilidades, a dar destinação ambientalmente adequada aos equipamentos que venham a ser substituídos, bem como a participar ou comprovar adesão a sistemas de logística reversa reconhecidos, emitindo certificados de recebimento e destinação final dos resíduos eletroeletrônicos recolhidos.

Dessa maneira, a contratação estudada pretende minimizar os impactos ambientais associados ao ciclo de vida dos bens, ao combinar a exigência de equipamentos mais eficientes energeticamente, a previsão de medidas concretas de logística reversa e descarte ambientalmente adequado, e a organização de rotinas internas para destinação responsável de equipamentos e resíduos, alinhando-se às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, do Decreto nº 10.240/2020 e das boas práticas de sustentabilidade em compras públicas.

13 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O conjunto de elementos analisados neste Estudo Técnico Preliminar permite concluir que a contratação, por meio de licitação com adoção do Sistema de Registro de Preços, mostra-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para o atendimento das necessidades do PATOPREV. A solução proposta atende à exigência do art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, na medida em que evidencia o problema a ser resolvido (manutenção e modernização da infraestrutura tecnológica e melhoria das condições de atendimento) e aponta, de forma fundamentada, a solução mais adequada para enfrentá-lo, permitindo a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

Constata-se que o registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de informática e de máquina de café expresso automática profissional está alinhado ao perfil da demanda, caracterizada por reposições graduais de equipamentos,

expansão da força de trabalho, necessidade de flexibilidade para compras sob demanda e oferta consolidada desses bens no mercado, tanto em termos de venda quanto de locação. A análise comparativa entre compra e locação demonstrou que, para o porte e a realidade do PATOPREV, a aquisição dos bens, com uso ao longo de sua vida útil, é mais vantajosa do que assumir custos recorrentes de locação, sendo o Sistema de Registro de Preços o instrumento que melhor concilia economicidade, flexibilidade e planejamento, em consonância com as orientações doutrinárias e jurisprudenciais sobre o tema.

O parcelamento do objeto em itens dentro de uma única licitação, tal como delineado, mostra-se adequado à natureza divisível dos bens, amplia a competitividade ao permitir a participação de fornecedores especializados em subconjuntos do objeto e mantém a possibilidade de obtenção de economia de escala por meio da concentração do planejamento em um único certame, em alinhamento com o entendimento firmado pelo TCU e pelos tribunais de contas estaduais acerca do dever de parcelamento quando técnica e economicamente viável. Além disso, a solução incorpora requisitos de eficiência energética, logística reversa e destinação ambientalmente adequada de equipamentos eletroeletrônicos ao fim da vida útil, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Decreto nº 10.240/2020, o que reforça a aderência da contratação às diretrizes de sustentabilidade nas compras públicas.

Por fim, as providências previstas para a fase prévia à celebração e à execução, como a verificação da infraestrutura necessária, a designação e capacitação de gestor e fiscais de contrato, e a padronização de instrumentos de fiscalização, atendem às exigências da Lei nº 14.133/2021 e às boas práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União, conferindo segurança jurídica e capacidade institucional para acompanhar a execução do ajuste. Diante de todo o exposto, conclui-se que a contratação, na forma proposta, é adequada e suficiente para atender, de maneira eficiente, econômica e sustentável, às necessidades do PATOPREV relacionadas à infraestrutura de informática e às condições de atendimento, justificando-se o prosseguimento do processo com a elaboração do termo de referência e demais peças da fase externa da licitação.

14 – ANÁLISE DE RISCO DA CONTRATAÇÃO

Nº do risco	Risco sintetizado	P	I	Grau de risco (1-25)
11	Indisponibilidade orçamentária na vigência da ata para efetivar as contratações planejadas	2	3	12

Nº do risco	Risco sintetizado	P	I	Grau de risco (1-25)
5	Falhas no planejamento de infraestrutura para instalação e uso dos equipamentos	3	3	13
6	Atrasos ou descumprimento de prazos de entrega pelos fornecedores	3	3	13
9	Não observância de requisitos de logística reversa e descarte ambientalmente adequado dos equipamentos substituídos	3	3	13
2	Inadequação do uso do SRP (uso como contratação única, exaurindo toda a ata logo na primeira compra)	2	4	17
3	Especificações técnicas inadequadas ou restritivas, reduzindo a competitividade	2	4	17
10	Uso indevido da ata por outros órgãos (caronas) com risco de desvirtuar vantajosidade ou finalidade dos quantitativos	2	4	17
1	Estimativa inadequada de quantidades (super ou subestimadas)	3	4	18
4	Pesquisa de preços deficiente, resultando em valores acima do mercado	3	4	18
7	Fornecimento de bens em desconformidade com as especificações (inclusive eficiência energética)	3	4	18
8	Fragilidades na fiscalização/gestão contratual por falta de capacitação e segregação de funções	3	4	18

Pato Branco, datado e assinado digitalmente.

Responsável pela elaboração do ETP

Nome: Ademilson Cândido Silva

Cargo: Diretor Presidente

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e suprimentos de informática, bem como de máquina de café expresso automática profissional, destinados a atender às necessidades institucionais do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV, nos termos do Estudo Técnico Preliminar e dos Documentos de Formalização da Demanda que instruem o processo.

A contratação será realizada sob a forma de Sistema de Registro de Preços, por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com adjudicação por itens, considerando que os objetos envolvidos se enquadram na categoria de bens comuns, de acordo com a definição da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, sem necessidade de soluções customizadas ou de natureza predominantemente intelectual.

1.1. Especificação do objeto

Os bens abrangidos por este Termo de Referência são classificados como bens comuns de informática e correlatos, bem como equipamento comum de preparo automático de bebidas, cujas características podem ser descritas por especificações técnicas usuais e objetivas, amplamente disponíveis no mercado. Integram o objeto, observados os quantitativos estimados e as exigências técnicas a serem detalhadas em item próprio:

a) computadores desktop completos (sem monitor), com licenças originais de sistema operacional e de pacote de escritório em versão compatível com as necessidades operacionais do PATOPREV;

b) monitores LED de 21,5” ou superior, com qualidade de imagem e ergonomia adequadas ao trabalho administrativo;

c) mouses sem fio e teclados periféricos sem fio padrão full-size, layout ABNT2, próprios para uso contínuo em estações de trabalho;

d) notebook corporativo completo, com licenças de sistema operacional e de pacote de escritório, destinado a atividades que demandem mobilidade;

e) licenças de antivírus corporativo, com capacidade de proteção, atualização e gerenciamento adequados ao parque de equipamentos do Instituto;

f) roteador Wi-Fi 6 dual band, para suporte à conectividade sem fio institucional;

g) impressora térmica para cartões PVC, adequada à emissão de cartões de identificação e outros documentos em mídia plástica;

h) kit de videoconferência wireless completo, destinado a reuniões técnicas e atendimentos remotos;

i) máquina de café expresso automática profissional, de fabricação nacional, destinada ao preparo automatizado de bebidas quentes, conforme requisitos mínimos definidos no Estudo Técnico Preliminar.

Todas as especificações serão detalhadas em seção própria deste Termo de Referência, de modo a assegurar a padronização mínima necessária, sem restringir indevidamente a competitividade, permitindo a ampla participação de fornecedores que atuam na comercialização desses bens comuns no mercado.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar e nos Documentos de Formalização da Demanda que evidenciam a necessidade de manutenção, modernização e ampliação da infraestrutura tecnológica do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV, bem como de aprimoramento das condições de atendimento e acolhimento aos segurados, pensionistas, demais usuários e agentes públicos que interagem com a Autarquia. Constatou-se que parte relevante dos equipamentos de informática atualmente em uso encontra-se em fase avançada de vida útil ou obsolescência, com reflexos em desempenho, segurança da informação e continuidade das atividades, ao mesmo tempo em que há previsão de provimento de novos cargos efetivos por concurso público, o que implicará ampliação da estrutura de trabalho e do parque tecnológico disponível. Soma-se a isso a necessidade de disponibilização de máquina de café expresso automática profissional, de fabricação nacional, para substituir o preparo manual de bebidas com equipamentos domésticos, prática que consome tempo de servidores, gera desperdício de insumos e não assegura padronização de qualidade, conforme demonstrado no respectivo DFD.

O levantamento de mercado realizado no âmbito do Estudo Técnico Preliminar evidenciou a existência de ampla oferta, em âmbito nacional, de equipamentos e suprimentos de informática, bem como de máquinas de café automáticas profissionais, tanto na modalidade de venda quanto de locação, tendo sido comparadas as alternativas disponíveis. A análise técnica e econômica concluiu que, para o porte e a realidade operacional do PATOPREV, a aquisição dos bens, com utilização ao longo de sua vida útil, mostra-se mais vantajosa do que a locação, especialmente considerando os quantitativos relativamente modestos, a possibilidade de gerenciamento interno da manutenção e o risco

de elevação do custo total em contratos de aluguel contínuo. Nesse contexto, a adoção do Sistema de Registro de Preços foi identificada como a solução procedimental mais adequada para conciliar planejamento, flexibilidade e economicidade, permitindo que as aquisições sejam realizadas de forma futura e eventual, sob demanda, ao longo da vigência da ata, sem obrigatoriedade de contratação imediata da totalidade dos quantitativos estimados.

A contratação será estruturada com parcelamento do objeto em itens, dentro de um único certame, por se tratar de bens divisíveis e de natureza diversa, o que favorece a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para cada item, em consonância com o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas estaduais quanto ao dever de parcelamento quando técnica e economicamente viável. A divisão em itens assegura a participação de fornecedores especializados em subconjuntos do objeto (por exemplo, apenas informática ou apenas máquina de café), reduz o risco de concentração em único fornecedor generalista e não afasta a possibilidade de economia de escala, uma vez que as estimativas de quantidades são consolidadas em um único processo de registro de preços.

Ressalta-se, ainda, que, embora a maior parte dos itens ora estudados não conste originalmente do Plano Anual de Contratações do exercício, sua inclusão extemporânea encontra-se justificada nos autos, em razão da consolidação superveniente das necessidades – obsolescência do parque tecnológico, provimento de novos cargos e necessidade de melhoria das condições de atendimento –, tendo sido registrada apenas a previsão genérica de contratação de licenças de antivírus no valor aproximado de R\$ 2.000,00 para cobertura de todos os equipamentos do PATOPREV. A contratação proposta alinha-se, portanto, às diretrizes do art. 6º, XXIII, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, que exige que o Termo de Referência contenha a fundamentação da contratação mediante referência aos Estudos Técnicos Preliminares, bem como às orientações do Tribunal de Contas da União quanto à necessidade de que o TR sintetize a descrição da necessidade, o levantamento de mercado, as estimativas de quantidades, as justificativas para o parcelamento, os resultados pretendidos e o posicionamento conclusivo sobre a adequação da solução escolhida.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E ESTIMATIVA DE VALORES

As especificações e quantidades estimadas para a presente contratação são as abaixo relacionadas.

Item	Unid.	Qt	Descrição	Valor Unit.	Valor total
1	Und.	08	<p>Computador desktop novo, sem uso anterior, com processador de arquitetura x64, com no mínimo 8 núcleos físicos e 16 threads, frequência base mínima de 4,2 GHz, cache total mínimo de 24 MB ou superior, com gráficos integrados, soquete compatível com a plataforma AM5 ou equivalente superior.</p> <p>Placa-mãe compatível com o processador ofertado, com suporte a memória DDR5 em dual channel, dois slots de memória ou mais, velocidade mínima JEDEC de 4800 MHz ou superior, ao menos 1 saída HDMI e 1 saída VGA ou superior/compatível, no mínimo 4 portas USB 5Gbps tipo A e 2 portas USB 2.0 ou superior, 1 slot M.2 PCIe 4.0 x4 para SSD formato 2280, no mínimo 4 portas SATA III 6Gb/s e interface de rede Ethernet Gigabit ou superior.</p> <p>Memória RAM de 32 GB, composta por 2 módulos de 16 GB DDR5, frequência mínima de 5600 MHz ou superior.</p> <p>Armazenamento SSD de 1 TB, formato M.2 2280, interface PCIe NVMe, com desempenho compatível com a categoria corporativa, aceitando-se modelo com leitura e gravação iguais ou superiores a 5000 MB/s e 3500 MB/s, respectivamente, ou desempenho superior.</p> <p>Fonte de alimentação mínima de 600 W, bivolt automática 100–240 V, com certificação mínima 80 Plus White ou superior, com conectores compatíveis com a configuração ofertada.</p> <p>Gabinete tipo mid tower, compatível com placa-mãe ATX ou micro-ATX, com no mínimo 1 porta USB 3.0 e 2 portas USB 2.0 frontais ou superiores, com ventilação adequada e espaço compatível com a configuração proposta.</p> <p>Licença perpétua original do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional, versão 64 bits, idioma Português (Brasil), (ou versão imediatamente superior disponível)</p> <p>Licença perpétua original do pacote Microsoft Office versão 2024 Professional Plus (ou versão imediatamente superior disponível), 64 bits preferencial, idioma Português (Brasil), deve incluir no mínimo os aplicativos Word, Excel, PowerPoint, Outlook, Access, Publisher e OneNote</p>	R\$ 5.557,14	R\$ 44.457,12
2	Und.	8	<p>Monitor LED IPS ou tecnologia superior, cor preta, com ajuste de altura, inclinação e rotação/pivot, tamanho mínimo de 21,5 polegadas, resolução Full HD 1920 x 1080 a 60 Hz ou superior, brilho mínimo de 250 cd/m², contraste estático mínimo de 1000:1, tempo de resposta máximo de 5 ms, com pelo menos 1 entrada HDMI e 1 DisplayPort, admitindo-se também VGA quando disponível. Deve acompanhar cabo HDMI de no mínimo 2 metros.</p>	R\$ 1.361,42	R\$ 10.891,36
3	und.	8	<p>Mouse sem fio, novo, sem uso anterior, com tecnologia óptica, resolução mínima ajustável de 4000 DPI ou superior, com no mínimo 3 botões, incluindo botão de rolagem central, formato ambidestro ou ergonômico para uso corporativo, conexão sem fio por Bluetooth e/ou receptor USB de 2,4 GHz, compatível com sistemas operacionais Windows, Linux e outros ambientes corporativos equivalentes.</p> <p>Deverá possuir operação silenciosa ou de baixo ruído nos cliques, autonomia de bateria compatível com uso contínuo em ambiente de escritório, indicador de energia e compatibilidade com computadores desktop e notebooks. O equipamento deve acompanhar pilhas ou bateria, quando aplicável, e todos os itens necessários ao seu pleno funcionamento.</p>	R\$ 61,00	R\$ 488,00
4	und.	1	<p>Notebook novo, sem uso anterior, destinado ao uso corporativo e administrativo, com processador de arquitetura x64 de geração atual, com no mínimo 10 núcleos e 12 threads, frequência turbo</p>	R\$ 3.613,57	R\$ 3.613,57

			<p>mínima de 5,0 GHz ou superior, cache mínimo de 12 MB ou superior, com gráficos integrados.</p> <p>Deverá possuir memória RAM de no mínimo 16 GB DDR5, expansível ou soldada conforme projeto do fabricante, armazenamento SSD NVMe M.2 de no mínimo 512 GB, ou superior, tela de no mínimo 16 polegadas, tecnologia IPS ou equivalente superior, resolução mínima Full HD+ 1920 x 1200, antirreflexo, brilho mínimo de 300 nits e taxa de atualização de 60 Hz ou superior.</p> <p>O equipamento deverá conter, no mínimo, 1 porta HDMI, 1 porta USB-C com suporte a vídeo e fornecimento de energia, 2 portas USB-A ou superior, webcam integrada, microfones integrados, conectividade sem fio Wi-Fi 6 ou superior e Bluetooth, bateria integrada com autonomia compatível com uso corporativo, teclado ABNT2, e deverá ser acompanhado de carregador original compatível.</p> <p>Licença perpétua original do sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional, versão 64 bits, idioma Português (Brasil), (ou versão imediatamente superior disponível)</p> <p>Licença perpétua original do pacote Microsoft Office versão 2024 Professional Plus (ou versão imediatamente superior disponível), 64 bits preferencial, idioma Português (Brasil), deve incluir no mínimo os aplicativos Word, Excel, PowerPoint, Outlook, Access, Publisher e OneNote</p>		
5	Unid.	10	<p>Licença de uso de antivírus de arquivos residente (anti-spyware, anti-trojan, anti-malware, anti-ransomware etc). <u>Compatível com Microsoft Windows 7, 32 e 64 bits, Microsoft Windows 10, 64 bits e Microsoft Windows 11, 64 bits. Prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses.</u></p> <p>Que verifique qualquer arquivo criado, acessado ou modificado. Antivírus de Web (módulo para verificação de sites e downloads contra vírus). Deve possuir módulo IDS (Intrusion Detection System) para proteção contra port scans e exploração de vulnerabilidades de softwares. A base de dados de análise deve ser atualizada juntamente com as vacinas. Auto-proteção (contra ataques aos serviços/processos do antivírus). Controle de dispositivos externos. Controle de vulnerabilidades do Windows e dos aplicativos instalados. As vacinas devem ser atualizadas pelo fabricante e disponibilizadas aos usuários de forma automática. Capacidade de adicionar aplicativos a uma lista de "aplicativos confiáveis", onde as atividades de rede, atividades de disco e acesso ao registro do Windows não serão monitoradas. Capacidade de pausar automaticamente varreduras agendadas caso outros aplicativos necessitem de mais recursos de memória ou processamento. O antivírus de arquivos, ao encontrar um objeto potencialmente perigoso, deve: perguntar o que fazer ou bloquear acesso ao objeto, apagar o objeto ou tentar desinfecção (de acordo com a configuração pré-estabelecida pelo administrador). Em caso positivo de desinfecção deve: Restaurar o objeto para uso. Em caso negativo de desinfecção: Mover para quarentena ou apagar (de acordo com a configuração pré-estabelecida pelo administrador), anteriormente a qualquer tentativa de desinfecção ou exclusão permanente, o antivírus deve realizar um backup do objeto. Capacidade de verificar tráfego SSL e HTTP nos browsers: Internet Explorer, Firefox e Chrome.</p>	R\$ 181,00	R\$ 1.181,00
6	Unid.	1	<p>Roteador Wi-Fi 6 Dual Band (2,4 GHz e 5 GHz), novo, sem uso anterior, com velocidade total combinada mínima de 5400 Mbps ou superior, suporte aos padrões IEEE 802.11ax/ac/n/a (5 GHz) e 802.11ax/n/b/g (2,4 GHz), com pelo menos 4 antenas</p>	R\$ 656,66	R\$ 656,66

			<p>externas fixas, tecnologias Beamforming, MU-MIMO, OFDMA, compatível com sistema Mesh.</p> <p>Processador com no mínimo 3 núcleos a 1,5 GHz ou superior. Portas: 1x WAN Gigabit, no mínimo 4x LAN Gigabit (com suporte a agregação de links), 1x USB 3.0. Deve suportar partições NTFS, exFAT, HFS+, FAT32, com funções de servidor FTP, Samba, Media Server e backup Time Machine.</p> <p>Recursos mínimos obrigatórios: redes de convidados separadas (2,4 GHz e 5 GHz), controle parental, QoS por dispositivo, VPN (OpenVPN/PPTP), IPv4/IPv6, UPnP, DMZ, encaminhamento de portas, SPI Firewall, WPA2/WPA3, modo roteador e access point, botões WPS/Reset/Wi-Fi.</p> <p>Alimentação bivolt 100-240V ou 12V 2,5A, com garantia mínima de 12 meses e manual de instruções em português.</p>		
7	Unid.	8	<p>Teclado Periférico Sem Fio Padrão Full-Size (100%). Layout padrão ABNT2 (Português Brasil), com presença obrigatória da tecla "Ç" e tecla "Enter" em formato de bota ou padrão normatizado. Bloco Numérico: Integrado na lateral direita (teclado numérico independente), contendo no mínimo 17 teclas, incluindo operadores matemáticos e tecla "Enter" dedicada. Tecnologia de membrana de alta durabilidade ou scissor-switch, com curso de acionamento suave, baixo ruído (silent click) e vida útil mínima de 10 milhões de acionamentos por tecla. Estrutura em material termoplástico de alta resistência (ABS ou superior); Pés retráteis para ajuste de inclinação/angulação; Caracteres gravados a laser ou com proteção UV para evitar o desgaste prematuro por fricção. Conexão via rádio frequência (RF) 2.4GHz através de nano receptor USB e/ou Bluetooth 5.0 ou superior. Alcance operacional mínimo de 10 metros. Teclas de atalho multimídia (volume, mute, reprodução) integradas ou via função (FN); Indicadores visuais (LED) para as funções Caps Lock, Num Lock e Scroll Lock (e status de bateria, se sem fio); Resistência a derramamento acidental de líquidos (canais de escoamento integrados). Suporte nativo para sistemas operacionais Windows 10/11. Garantia técnica mínima de 12 meses. O produto deve estar em conformidade com as normas vigentes de ergonomia (NR-17).</p> <p>Alimentação sem fio através de "Bateria interna recarregável" ou "Uso de pilhas alcalinas".</p>	R\$ 141,25	R\$ 1.130,00
8	Unid.	1	<p>Impressora térmica para cartões PVC, nova, de primeiro uso, para personalização de crachás e cartões de identificação, com impressão direta no cartão por sublimação de tinta e/ou transferência térmica por resina, com capacidade de impressão em policromia e monocromia, em uma ou duas faces,</p>	R\$ 8.785,71	R\$ 8.785,71

			<p>com resolução mínima de 300 dpi, compatível com cartões padrão CR-80 ISO 7810 ID-1 e espessura compatível entre 0,25 mm e 1,00 mm, ou superior.</p> <p>Deve possuir alimentação automática com capacidade mínima para 100 cartões, saída com capacidade mínima para 100 cartões, interface USB e Ethernet, e recursos de calibração automática de fita. Deve acompanhar software para criação e edição de cartões, drivers para sistemas operacionais Windows e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento.</p> <p>A impressora deverá permitir a personalização de cartões de PVC com qualidade de imagem compatível com modelos de mercado equivalentes ou superiores, com produtividade mínima aproximada de 140 cartões/hora em impressão frente e verso colorida, ou desempenho superior.</p>		
9	Unid.	1	<p>Kit de videoconferência wireless completo, novo, sem uso anterior, composto por câmera e viva-voz independentes, para reuniões corporativas e uso em órgãos públicos.</p> <p>CÂMERA: Resolução mínima 4K (3840x2160)@30fps ou 1080p@60fps Sensor mínimo 8MP com HDR e compensação de baixa luz Campo de visão diagonal mínimo 90° Zoom digital mínimo 5x em Full HD Autofocus e enquadramento automático por IA Conexão USB 3.0/USB-C plug-and-play</p> <p>VIVA-VOZ: Conexão Bluetooth 5.0+ ou dongle USB baixa latência Array de microfones omnidirecionais 360° Alcance mínimo 4 metros Cancelamento de eco (AEC), redução de ruído IA, Full-Duplex Autonomia mínima 12 horas, recarga <3h via USB-C</p> <p>COMPATIBILIDADE: Windows 10/11, macOS, ChromeOS Otimizado/certificado para Teams, Zoom, Google Meet Instalação plug-and-play (sem drivers) Garantia mínima 24 meses + assistência técnica autorizada nacional comprovada.</p>	R\$ 5.628,57	R\$ 5.628,57
10	Unid.	1	<p>Máquina de café expresso automática profissional, nacional, nova, sem uso anterior, destinada ao preparo padronizado de bebidas quentes, com as especificações técnicas mínimas abaixo.</p>	R\$ 4.445,00	R\$ 4.440,00

			Capacidade simultânea para 4 bebidas distintas: café expresso, cappuccino, chocolate quente e chá Painel de controle frontal touch ou botões com operação "one-touch" (um toque por bebida) Alimentação bivolt automático 127/220V, 50/60Hz Garantia mínima de 24 meses por assistência técnica autorizada. Deve acompanhar 2 pacotes de cada insumo utilizado no preparo de bebidas.		
Total Global Estimado:				R\$ 81.276,99	

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na implantação de um Sistema de Registro de Preços destinado à futura e eventual aquisição de equipamentos e suprimentos de informática, bem como de máquina de café expresso automática profissional, em benefício do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV. A ata de registro de preços contemplará todos os itens demandados, organizados por item distinto e adjudicação individual, permitindo a realização de contratações sob demanda, ao longo de sua vigência, conforme a efetiva necessidade institucional e a disponibilidade orçamentária, em estrita consonância com o Estudo Técnico Preliminar e os Documentos de Formalização da Demanda.

No âmbito da infraestrutura tecnológica, a solução envolve o registro de preços para fornecimento de computadores desktop completos (sem monitor), com licenças originais de sistema operacional e pacote de escritório, monitores LED de 21,5" ou superior, teclados e mouses sem fio, notebook corporativo, licenças de antivírus corporativo, roteador Wi-Fi 6 dual band, impressora térmica para cartões PVC e kit de videoconferência wireless, compondo um conjunto integrado de bens voltados à manutenção, modernização e ampliação do parque de informática do PATOPREV. Os equipamentos deverão ser entregues prontos para uso, com instalação, configuração básica e integração ao ambiente tecnológico existente, de modo a assegurar que a substituição de máquinas obsoletas e a expansão da capacidade de trabalho ocorram de forma planejada e progressiva, evitando a necessidade de contratações emergenciais e garantindo continuidade às atividades previdenciárias.

Quanto ao acolhimento e às condições de atendimento ao público, a solução contempla o registro de preços de uma máquina de café expresso automática profissional, de fabricação nacional, apta ao preparo automatizado de bebidas quentes à base de café solúvel, chocolate e chá, por meio de painel frontal com acionamento por um toque, com capacidade de preparo de, no mínimo, quatro tipos de bebidas. Esse equipamento será

instalado em ambiente de uso comum, de forma a atender segurados, pensionistas, servidores, conselheiros e demais usuários, substituindo o preparo manual com equipamentos domésticos e reduzindo o tempo despendido por servidores em atividades acessórias, além de padronizar a qualidade e racionalizar o consumo de insumos.

A solução pressupõe, ainda, que os fornecedores vencedores atendam a requisitos mínimos de manutenção e assistência técnica, garantindo prazos de garantia compatíveis com a vida útil dos equipamentos, suporte para diagnóstico e reparo de falhas e atendimento em prazo razoável em Pato Branco e região, de forma a minimizar a indisponibilidade de bens essenciais à continuidade dos serviços. No caso dos equipamentos de informática, espera-se suporte adequado para hardware e, quando aplicável, apoio à regularização de licenças; quanto à máquina de café, deverão ser observadas as rotinas de manutenção preventiva e corretiva, bem como a disponibilização de orientações para limpeza e operação segura.

Por fim, a contratação por meio de registro de preços, na forma proposta, configura uma solução integrada, que permite ao PATOPREV programar, em um único procedimento, as aquisições necessárias à renovação de seu parque tecnológico e à melhoria das condições de atendimento, realizando as contratações de forma gradativa, conforme a demanda, com especificações padronizadas, condições uniformes e maior racionalidade na utilização dos recursos públicos.

5. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Conforme levantado e justificado no Estudo Técnico Preliminar, o critério de julgamento das propostas para seleção do fornecedor será:

Por itens; e

Pelo menor preço.

6. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Conforme levantado e justificado no Estudo Técnico Preliminar, o certame licitatório será por meio de pregão eletrônico Registro de Preços.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta contratação.

8. DOS BENEFÍCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a presente contratação será de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

A proposta de preços deverá ser apresentada de acordo aos itens deste termo, facultando-se a participação em quantos itens forem de interesse.

Serão desclassificadas as propostas que apresentem valores superiores aos valores máximos dispostos neste termo.

A validade mínima da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da apresentação da mesma.

10. DA HABILITAÇÃO

Habilitação jurídica

A habilitação jurídica se dará de acordo ao art. 66 da Lei 14.133/21, por meio de:

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária,

respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

A habilitação fiscal, social e trabalhista se dará de acordo ao art. 68 da Lei 14.133/21, por meio de:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas o

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

Qualificação técnica

A qualificação técnica será exigida conforme o artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, justificando-se pela necessidade de garantir a qualidade e a adequada execução dos serviços.

A comprovação da capacidade técnico-operacional da contratada se dará por meio de:

Nos termos do art. 67, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares ou prestação de serviço similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Habilitação econômico-financeira

A habilitação econômico-financeira se dará por meio de:

Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão pública da licitação, salvo se o próprio documento estabelecer prazo de validade superior.

11. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil, após a execução do serviço solicitado, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, com discriminação resumida do serviço.

O pagamento será realizado preferencialmente por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Contratada, ou por meio de fatura com utilização do código de barras.

A nota fiscal deve ser emitida dentro do padrão uniforme estabelecido pelo ente federativo responsável e não poderá conter qualquer rasura ou elemento que prejudique a compreensão exata de seu conteúdo, que deverá contemplar, no mínimo, as seguintes informações: 1) data de emissão; 2) número do contrato ou da nota de empenho e ata de registro de preços, conforme o caso; 3) descrição resumida do objeto fornecido ou serviço

prestado; 4) período respectivo de execução do contrato se for o caso; 5) valor a pagar; e 6) eventual destaque do valor de retenções tributárias aplicáveis.

A liberação dos pagamentos ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>.

O cadastro no SICAF vigente poderá substituir os documentos indicados no subitem anterior.

A Diretoria Executiva do PATOPREV deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela contratante, como critério para correção monetária aplicar-se-á o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE, bem como, incidirá juros moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, ambos computados a partir do vencimento do prazo de pagamento de cada parcela devida.

12. DO PRAZO DE ENTREGA.

O prazo máximo para entrega de cada item será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de emissão da respectiva ordem de compra pelo PATOPREV. Dentro desse prazo, o fornecedor deverá realizar a entrega dos bens no local indicado, bem como proceder, quando aplicável, à instalação, configuração básica e demonstração de funcionamento dos equipamentos de informática e da máquina de café expresso automática profissional, de modo a possibilitar o recebimento provisório e, após a devida conferência, o recebimento definitivo.

13. DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DAS ALTERAÇÕES

No reajuste anual dos contratos administrativos celebrados pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco - PATOPREV, deverá ser adotado o índice de inflação com a menor variação no período, dentre os seguintes: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE) e Indicador Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV), considerando-se como data-base para o primeiro reajuste a data da apresentação da proposta, conforme Decreto Municipal nº 9.553/2023.

Não se admitirá a imputação ao CONTRATANTE de nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

Não será concedido reajuste de preços resultante de atrasos ocorridos unicamente em decorrência da incapacidade da Contratada em cumprir o prazo ajustado.

Havendo atraso ou antecipação na execução dos serviços, que decorra da responsabilidade ou iniciativa da Contratada, o reajustamento obedecerá às seguintes condições:

a) Quando houver atrasos, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora, se os preços aumentarem, prevalecerá os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação.

b) Se os preços diminuïrem prevalecerá os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação.

c) A posterior recuperação do atraso não ensejará às atualizações dos índices no período em que ocorrer a mora.

Caso a variação dos preços ocorra em favor da CONTRATADA, a ela caberá apresentar solicitação formal, que será apreciada e, no caso de deferimento pela CONTRATANTE, formalizada mediante Termo de Apostilamento ou de Aditamento.

Caso a variação dos preços ocorra em favor da CONTRATANTE, o reajuste será promovido de ofício, com prévia comunicação formal à CONTRATADA.

O valor pactuado poderá ser revisto, por acordo entre as partes, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, que inviabilize a execução do contrato tal como pactuado.

Recai sobre a CONTRATADA o ônus de comprovar a necessidade de restabelecimento dos preços na forma da disposição anterior, cabendo ao CONTRATANTE decidir a solicitação no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a partir do protocolo do requerimento.

14. DAS SANÇÕES

O fornecedor será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do objeto;
- b) dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do objeto;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto desta ata sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto.
- f) praticar ato fraudulento na execução do objeto;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas dos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Poderão ser aplicadas multas de caráter moratório e compensatório, a serem aplicadas de acordo aos percentuais estabelecidos em legislação municipal.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos e a sistemática procedimentais previstos em Lei e regulamentação pertinente, bem como serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório à CONTRATADA.

Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à PATOPREV.

15. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

A PATOPREV terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

A extinção do contrato também poderá ocorrer nos termos previstos dos artigos 138 e 139 da Lei 14.133/21.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Indicar 1 (um) ou mais prepostos a fim de representar a CONTRATADA em toda e qualquer comunicação junto à CONTRATANTE.

Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa, qualquer empregado cuja atuação ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, ou que se apresente para a prestação do serviço fora dos padrões exigidos, ou, ainda, que seja considerado tecnicamente inapto.

Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar ciência em razão da execução do objeto, devendo orientar seus intérpretes nesse sentido.

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela gestão e fiscalização contratual, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

Responder perante a CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes da execução do contrato.

Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pela CONTRATANTE.

Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

Não veicular publicidade acerca deste contrato.

Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome do preposto.

Prezar pela conduta ética pautada pelos preceitos da confiabilidade, imparcialidade, discrição e fidelidade.

Atender às solicitações e sugestões da CONTRATANTE referentes à prestação do serviço objeto da contratação, visando sempre a correção das falhas.

Atender as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho, bem como responsabilizar-se pelo atendimento médico de seus empregados em caso de acidente de trabalho.

Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência contratual, informando à CONTRATANTE quando da ocorrência de qualquer alteração.

Arcar com todos os custos diretos e indiretos, tais como: seguro, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, acidentários ou comerciais, bem como recursos humanos e materiais, equipamentos, passagens aéreas e terrestres, diárias, alimentação, transporte, fretes, hospedagem e quaisquer outras despesas estranhas ao objeto da contratação.

Apresentar as notas fiscais referentes aos serviços prestados.

Executar o objeto de forma completa e de acordo às disposições da legislação e normativas pertinentes.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Exercer o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços contratados, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

Prestar as informações, dirimir as dúvidas e orientar em todos os casos omissos os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

Comunicar à Contratada qualquer irregularidade manifestada durante a vigência do contrato, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.

Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições da entrega da prestação dos serviços, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades.

Notificar formal e tempestivamente a Contratada, sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.

Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.

18. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DO RECEBIMENTO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do Art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

O fiscal administrativo do contrato é designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos do contrato, conforme Decreto Municipal nº 9.603/2023.

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, conforme Decreto Municipal nº 9.603/2023.

A administração indica como gestor do contrato, o Diretor Presidente do PATOPREV, Ademilson Cândido Silva, ou pela pessoa que o vier a substituir, em razão da alteração da titularidade do cargo.

A administração indica como fiscal administrativo do contrato, o Diretor Administrativo Financeiro do PATOPREV, Luan Leonardo Botura, ou pela pessoa que o vier a substituir, em razão da alteração da titularidade do cargo.

Declaram o gestor e fiscal estarem cientes das responsabilidades e atribuições previstas na regulamentação e as constantes na Lei nº 14.133/2021 decorrentes da indicação e afirmam plena concordância com as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos.

19. DO RECEBIMENTO

A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

O recebimento dos serviços se dará conforme o disposto no artigo 140, inciso I, alíneas “a” e “b” e art. 18, da Lei nº 14.133 de 2021, e compreenderá duas etapas distintas, a seguir discriminadas.

Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável

pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. Esta verificação deverá estar concluída em até 72 (setenta e duas) horas após a entrega.

A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, após o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, elaborado e devidamente assinado pelo responsável pelo acompanhamento e gestor do contrato.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

20. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As Partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD) quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu tratamento em razão do certame ou do contrato administrativo e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

É vedado o compartilhamento dos dados obtidos com terceiros fora das hipóteses permitidas em Lei.

A CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

A CONTRATADA se compromete a comunicar formalmente e de imediato a CONTRATANTE a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titulares de dados pessoais. Essa comunicação deve ser feita o mais rápido possível e, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas após sua descoberta.

Com o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los de forma segura, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Os bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Câmara Municipal nas hipóteses previstas na LGPD.

O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Os contratos e convênios que transfiram a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso deverão ser comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

21. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos destinados ao custeio correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Conta: 27261 Credito Orcamentario

Orgao:18 INSTITUTO DE PREVIDENCIA PATOPREV

Unidade Orcamentaria: 18.01 PATOPREV

Funcional: 092720059 Previdencia Social

Projeto/Atividade: 2359000 Manter a sede do "Instituto de Previdencia dos Servidores Publicos Municipais

Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE; 4.4.90.52.12.00.00 - APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS; 4.4.90.52.33.00.00 EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO; 4.4.90.52.35.00.00 EQUIPAMENTO DE PROCESSAMENTO DE DADOS; 3.3.90.40.00.00.00 SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO; 3.3.90.40.06.00.00 LOCAÇÃO DE SOFTWARE; 3.3.90.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO; 3.3.90.30.17.00.00 MATERIAL DE PROCESSAMENTOS DE DADOS

Pato Branco, datado e assinado digitalmente.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9E7E-1894-AA41-47E3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ADEMILSON CANDIDO SILVA (CPF 809.XXX.XXX-72) em 22/05/2026 14:44:23 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ADEMILSON CANDIDO SILVA (CPF 809.XXX.XXX-72) em 22/05/2026 14:58:13 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/9E7E-1894-AA41-47E3>